



BOLETIM OFICIAL

ÍNDICE	
	CONSELHO DE MINISTROS
	Decreto n° 2/2020:
	Aprova o Acordo entre o Governo da República de Cabo Verde e o Governo da Hungria sobre a Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos..... 494
	Resolução n° 32/2020:
	Procede-se a primeira alteração a Resolução n° 97/2017, de 22 de agosto, que cria o Programa de Micro Empreendedorismo..... 513
	Resolução n° 33/2020:
	Autoriza o Ministro das Finanças para, em representação do Estado de Cabo Verde, proceder a alienação de um imóvel, sito em Lém de Meio, São Filipe, ilha do Fogo 514
	MINISTÉRIO DO TURISMO E TRANSPORTES E MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO
	Portaria conjunta n° 11/2020:
	Elaboração do Plano de Ordenamento Turístico (POT) da ZDTI de Murdeira e Algodoeiro, na ilha do Sal.....515

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto nº 2/2020

de 24 de fevereiro

O Programa do Governo para a IX Legislatura, 2016-2021, preconiza reorientar a economia nacional, através da melhoria radical do ambiente de negócios de modo a integrar o país no top 50 no ranking mundial do *Doing Business* do Banco Mundial e do *Global Competitiveness* do *World Economic Forum*, bem como no top 5 em África, para a atração de um elevado nível de investimentos, tanto endógeno como da diáspora e externo.

Além de medidas legislativas e administrativas internas como a atuação sobre a fiscalidade, o financiamento, o funcionamento da máquina pública, a justiça, a capacitação dos recursos humanos e a unificação do mercado interno e sua ligação ao mundo, para se atingir o desiderato preconizado no Programa do Governo, é premente que na frente externa se erija um quadro propiciador do investimento externo através, nomeadamente, da conclusão de Acordos de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos.

Tais Acordos oferecem aos potenciais investidores nacionais de uma das Partes contratantes as garantias necessárias de que seus investimentos terão um tratamento justo no território da outra Parte Contratante e não serão objeto de interferências indevidas por parte do Estado, bem como estabelece meios de resolução de litígios que eventualmente venham a surgir, garantindo, destarte, a segurança jurídica essencial na avaliação de riscos por parte do potencial investidor externo.

É neste contexto que Cabo Verde e Hungria assinaram, na Cidade da Praia, no dia 28 de março de 2019, um Acordo sobre a Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos. Trata-se de um instrumento moderno e que incorpora as últimas tendências internacionais nesta matéria, isto é, visa estabelecer um equilíbrio entre as obrigações e os deveres do Estado e do investidor, pois, oferece as garantias necessárias ao investidor, mas, ao mesmo tempo, garante que o Estado preserve a sua faculdade para tomar medidas administrativas e políticas em prol da defesa da saúde pública, meio ambiente, segurança nacional, de entre outros, sem a ameaça de estar a violar os termos do mencionado Acordo.

Assim, considerando que Cabo Verde e Hungria pretendem relançar as suas relações de cooperação e económicas e que a promoção de investimentos de investidores de um dos Estados no território do outro Estado desempenha um papel importante para se atingir tal objetivo;

Atendendo a que este instrumento é compatível com o desiderato estabelecido no Programa de Governo para a IX Legislatura, relativamente à melhoria do ambiente de negócios e da competitividade do país;

Tendo em conta que o instrumento *sub judice* incorpora as tendências mais avançadas em matéria de Acordos na área de promoção e proteção recíproca de investimentos.

Assim,

No uso da faculdade conferida pela alínea d) do n.º 2 do artigo 204º, da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1º

Aprovação

É aprovado o Acordo entre o Governo da República de Cabo Verde e o Governo da Hungria sobre a Promoção

e a Proteção Recíproca de Investimentos, concluído na Cidade da Praia, no dia 28 de março de 2019, cujos textos em português, húngaro e inglês se publicam em anexo ao presente diploma, do qual fazem parte integrante.

Artigo 2º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e o Acordo referido no artigo anterior produz efeitos em conformidade com o que nele se estipula.

Aprovada em Conselho de Ministros do dia 13 de fevereiro de 2020.

José Ulisses de Pina Correia e Silva, Olavo Avelino Garcia Correia, Luís Filipe Lopes Tavares e Alexandre Dias Monteiro

Acordo

**Entre o Governo da República de Cabo Verde
e o Governo da Hungria Para a Promoção e Proteção
Recíproca de Investimentos**

O Governo da República de Cabo Verde e o Governo da Hungria (adiante designados “Partes Contratantes”);

Desejando intensificar a cooperação económica para o benefício mútuo das Partes Contratantes;

Visando criar e manter condições favoráveis para investimentos por parte de investidores de uma Parte Contratante no território da outra Parte Contratante;

Procurando assegurar que o investimento seja consistente com a proteção da saúde, da segurança e do ambiente, com a promoção e proteção de direitos humanos e direitos trabalhistas reconhecidos a nível doméstico e internacional, e com padrões de responsabilidade social corporativa internacionalmente reconhecidos;

Desejando promover investimento que contribua para o desenvolvimento sustentável das Partes Contratantes;

Procurando garantir um equilíbrio global de direitos e obrigações entre os investidores e o Estado de acolhimento;

Estando cientes de que a promoção e a proteção recíproca de investimentos, em conformidade com o presente Acordo, estimulam as iniciativas de negócio nesta área,

Acordaram o seguinte:

Artigo 1º

Definições

Para efeitos do presente Acordo:

1. O termo “investimento” compreende todo o tipo de ativo investido em conexão com atividades económicas por um investidor de uma Parte Contratante em território da outra Parte Contratante, de acordo com as leis e regulamentos desta última, incluindo, em particular, embora não exclusivamente:

- a) Propriedade de bens móveis e imóveis bem como quaisquer outros direitos reais tais como hipotecas, penhoras, garantias e direitos similares,

- b) Ações, títulos e obrigações de empresas, ou qualquer outra forma de participação numa sociedade;
- c) Direitos de crédito ou qualquer desempenho que tenha um valor económico associado a um investimento;
- d) Direitos de propriedade intelectual e industrial, incluindo os direitos autorais, marcas comerciais, patentes, desenhos industriais, direitos de criadores, processos técnicos, *know-how*, segredos comerciais, indicações geográficas, nomes comerciais e fundos de comércio associados a um investimento;
- e) Qualquer direito conferido por lei ou por contrato e quaisquer licenças e autorizações previstas na lei, incluindo as concessões para procurar, extrair, cultivar ou explorar recursos naturais.

A alteração da forma como os ativos são investidos não afetará a sua condição de investimento, desde que tal alteração seja feita de acordo com as leis e regulamentos da Parte Contratante no território do qual o investimento foi feito.

2. O termo “investidor” designa qualquer pessoa singular ou coletiva de uma Parte Contratante que tenha feito um investimento no território da outra Parte Contratante.

a) O termo “pessoa singular” designa qualquer indivíduo que tenha nacionalidade de uma das Partes Contratantes, de acordo com as suas leis.

b) O termo “pessoa coletiva” designa, relativamente a quaisquer das Partes Contratantes, qualquer entidade jurídica incorporada ou constituída em conformidade com as suas leis, tendo a sua administração central ou o seu principal local de atividade no território de uma Parte Contratante.

3. O termo “retornos” designa as quantias geradas por um investimento e, em particular, embora não exclusivamente, inclui lucros, juros, ganhos de capital, dividendos, *royalties* ou taxas.

4. O termo “território” designa:

- a) No caso da Hungria, o território sobre o qual a Hungria exerce em conformidade com o Direito Internacional, a soberania, os direitos soberanos ou a jurisdição;
- b) No caso da República de Cabo Verde, o território sobre o qual a República de Cabo Verde tem, de acordo com o Direito Internacional e as suas leis e seus regulamentos nacionais, direitos soberanos ou jurisdição.

5. O termo “moeda livremente convertível” designa a moeda que é amplamente utilizada para fazer pagamentos em transações internacionais e amplamente trocada nos principais mercados de câmbio internacionais, desde que não seja contrária aos regulamentos de qualquer uma das Partes Contratantes, e independentemente de como o Fundo Monetário Internacional determina o escopo da moeda livremente convertível ou livremente utilizável.

Artigo 2º

Promoção e Proteção de Investimentos

1. Cada Parte Contratante deve encorajar e criar condições favoráveis para que os investidores da outra

Parte Contratante façam investimentos em seu território e deve admitir tais investimentos de acordo com suas leis e regulamentos.

2. Cada Parte deve outorgar, em seu território, aos investimentos da outra Parte e aos investidores, com relação aos seus investimentos, tratamento justo e equitativo e proteção e segurança plenas, de acordo com os números 3 a 6.

3. No que diz respeito aos investimentos, as seguintes medidas ou séries de medidas constituem uma violação da obrigação de tratamento justo e equitativo:

- a) Denegação de justiça em processos criminais, civis ou administrativos; ou
- b) Violação fundamental do devido processo legal, inclusive violação fundamental da transparência e obstáculos ao acesso efetivo à justiça, nos processos judiciais e administrativos; ou
- c) Manifesta arbitrariedade; ou
- d) Discriminação direcionada com base em motivos manifestamente injustos, tais como género, raça ou crença religiosa; ou
- e) Assédio, coerção, abuso de poder, ou conduta de má fé similar;

A pedido de uma das Partes, as Partes podem rever o conteúdo da obrigação, a fim de proporcionar um tratamento justo e equitativo.

4. Para maior certeza, o termo “proteção e segurança plenas” refere-se às obrigações da devida diligência da Parte Contratante em garantir a segurança física dos investidores e investimentos.

5. Uma violação de outra disposição deste Acordo ou de um outro Acordo internacional não constitui uma violação deste artigo.

6. O facto de uma medida violar o Direito Interno não constitui, por si só, uma violação deste artigo; um Tribunal deve analisar se uma Parte agiu de forma inconsistente com as obrigações do n.º 2.

7. Cada Parte Contratante deve, de acordo com suas leis, facilitar a necessária autorização para a entrada, permanência e trabalho a investidores e ao pessoal chave da outra Parte Contratante, cujo trabalho está em conexão com o investimento, tais como aqueles que exercem funções de alta gerência, funções executivas ou funções em que se exija conhecimento especializado.

8. Nenhuma Parte Contratante deve incentivar o investimento por meio da modificação da legislação nacional visando diminuir exigências em matéria de ambiente, saúde ou segurança no trabalho, ou flexibilizando as normas laborais fundamentais. Quando uma Parte Contratante considera que a outra Parte Contratante concedeu tal incentivo, poderá solicitar a realização de negociações com a outra Parte Contratante e as duas Partes Contratantes procederão a consultas a fim de evitar esse incentivo.

Artigo 3º

Investimento e medidas reguladoras

1. As disposições deste Acordo não devem afetar o direito das Partes de regulamentar em seus territórios

por meio de medidas necessárias para alcançar objetivos de políticas legítimas, tais como proteção da saúde pública, segurança, meio ambiente ou moral pública, proteção social ou ao consumidor ou promoção e proteção da diversidade cultural.

2. O mero facto de que uma Parte regule, inclusive por meio de uma modificação de suas leis, de uma maneira que afete negativamente um investimento ou interfira nas expectativas de lucros de um investidor, não constitui uma violação de uma obrigação nos termos do presente Acordo.

3. Para maior certeza, a decisão de uma Parte de não emitir, renovar ou manter um subsídio:

- a) Na ausência de qualquer compromisso específico segundo a lei ou contrato para emitir, renovar ou manter esse subsídio; ou
- b) De acordo com os termos e condições associados à emissão, renovação ou manutenção do subsídio, não constitui uma violação das disposições do presente Acordo.

Nada neste Acordo deve ser interpretado como impedimento de uma Parte de interromper a concessão de um subsídio ou de solicitar seu reembolso quando tal medida for necessária para cumprir as obrigações internacionais entre as Partes ou tenha sido ordenada por um tribunal competente, tribunal administrativo ou outra autoridade competente, ou de exigir que, por esse motivo, essa Parte compense o investidor.

Artigo 4º

Tratamento Nacional e Tratamento de Nação Mais Favorecida

1. Cada Parte Contratante deverá, em seu território, conceder a um investidor da outra Parte e a um investimento, tratamento não menos favorável que o tratamento que conceder, em situações semelhantes, a seus próprios investidores e seus investimentos, em relação à condução, operação, gestão, utilização, usufruto e venda ou alienação dos seus investimentos no seu território.

2. Cada Parte Contratante deverá, em seu território, conceder a investidores da outra Parte Contratante e seus investimentos, tratamento não menos favorável que o tratamento que conceder, em situações semelhantes, a investidores de um país terceiro e aos seus investimentos em relação à condução, operação, gestão, utilização, usufruto e venda ou alienação dos seus investimentos no seu território.

3. Para maior certeza, o termo “tratamento” referido no n.º 2 não inclui procedimentos para a resolução de disputas de investimento entre investidores e Estados previstos em outros tratados internacionais de investimento e quaisquer outros acordos. Obrigações substantivas em outros tratados internacionais de investimento e outros acordos comerciais não constituem, em si mesmos, “tratamento” e, portanto, não podem dar origem a uma violação deste Artigo, na ausência de medidas adotadas ou mantidas por uma Parte em virtude dessas obrigações.

4. As disposições do Tratamento Nacional e Tratamento de Nação Mais Favorecida no presente Acordo não são aplicáveis a vantagens concedidas por uma Parte Contratante em virtude das suas obrigações enquanto membro de uma união aduaneira, económica ou monetária, de um mercado comum ou de uma zona de comércio livre.

5. As Partes Contratantes estão cientes dos deveres de uma Parte Contratante enquanto membro de uma união

aduaneira, económica ou monetária, de um mercado comum ou de uma zona de comércio livre, de incluir obrigações decorrentes de um acordo internacional ou acordo de reciprocidade da união económica ou monetária, mercado comum ou zona de livre comércio.

6. As disposições do presente Artigo não devem ser interpretadas no sentido de obrigar uma Parte Contratante a estender aos investidores da outra Parte Contratante, ou aos investimentos ou retornos de investimentos de tais investidores, o benefício de qualquer tratamento, preferência ou privilégio que possa ser estendido pela primeira Parte Contratante em virtude de:

a. Quaisquer formas de acordos multilaterais sobre investimentos dos quais qualquer das Partes Contratantes seja ou possa tornar-se parte;

b. Qualquer acordo internacional ou arranjo relativo, total ou principalmente, à tributação.

Artigo 5º

Compensação por Perdas

1. Quando os investimentos ou retornos de investimentos de investidores de qualquer uma das Partes Contratantes sofrerem perdas devido a guerra, conflito armado, estado de emergência nacional, revolta, insurreição, motins ou outros eventos similares no território da outra Parte Contratante, esses investidores deverão receber desta última Parte Contratante, no que respeita à restituição, indemnização, compensação ou outra solução, tratamento não menos favorável do que aquele que esta última Parte Contratante concede aos seus próprios investidores ou aos investidores de qualquer Estado terceiro, consoante o que for mais favorável.

2. Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do presente artigo, os investidores de uma Parte Contratante que, em qualquer das situações referidas nesse número, sofram prejuízos no território da outra Parte Contratante, resultantes de:

a) Requisição de seu investimento ou parte dele por suas forças ou autoridades;

b) Destruição de seu investimento ou de parte dele por suas forças ou autoridades que não tenha sido causado em uma ação de combate ou não tenha sido exigido pela necessidade da situação,

terão direito a uma justa, adequada e efetiva restituição ou indemnização pela Parte Contratante em cujo território os prejuízos ocorreram.

A compensação incluirá juros a uma taxa comercialmente razoável a partir da data das perdas ocorridas até o dia do pagamento.

Artigo 6º

Expropriação

1. Os investimentos ou retornos de investidores de cada uma das Partes Contratantes não estarão sujeitos à nacionalização, expropriação direta ou indireta, ou quaisquer medidas de efeito equivalente (doravante denominadas “expropriação”) no território da outra Parte Contratante, exceto para fins de interesse públicos.

2. A expropriação deve ser realizada de acordo com o devido processo legal, de forma não discriminatória e deve ser acompanhada de provisões para o pagamento de indemnização pronta, adequada e efetiva.

3. Tal compensação deverá corresponder ao valor de mercado do investimento expropriado, à data imediatamente anterior à expropriação ou à data em que expropriação se tornou de conhecimento público (o que tiver ocorrido primeiro). A compensação deverá incluir juros a uma taxa comercialmente razoável desde a data da expropriação até a data do efetivo pagamento e deverá ser feita sem demora, ser efetivamente realizável e ser livremente transferível em uma moeda livremente convertível.

4. Para efeitos do present Acordo:

- a) A expropriação indireta resulta de uma medida ou série de medidas de uma Parte Contratante que têm um efeito equivalente à expropriação direta sem a transferência formal do título ou apreensão total;
- b) A determinação se uma medida ou série de medidas de uma Parte Contratante, numa dada situação específica, constitui uma expropriação indireta, requer uma investigação caso a caso, baseada em factos, que considere, de entre outros fatores: (i) o impacto económico da medida ou série de medidas, embora o simples facto de que uma medida ou série de medidas de uma Parte tenha um efeito adverso sobre o valor económico de um investimento não determina por si só que uma expropriação indireta tenha ocorrido, (ii) a duração da medida ou série de medidas por uma Parte, (iii) o carácter da medida ou série de medidas, nomeadamente o seu objeto e conteúdo.
- c) Não constituem uma expropriação indireta medidas não discriminatórias que as Partes Contratantes tomem por razões de utilidade pública, nomeadamente por razões de saúde pública, segurança e proteção do ambiente, adoptadas de boa-fé, que não sejam arbitrarias e que não sejam desproporcionais à luz do seu objetivo.

Artigo 7º

Transferências

1. As Partes Contratantes deverão permitir a livre transferência de pagamentos relativos a investimentos e retornos. As transferências serão feitas em moeda livremente convertível e em conformidade com as leis e regulamentos da Parte Contratante onde foram feitos investimentos sem qualquer restrição e atrasos indevidos. Essas transferências devem incluir, em particular, mas não exclusivamente:

- a) Capital e montantes adicionais para manter ou aumentar o investimento;
- b) Retornos conforme definido no n.º 3 do Artigo 1º do presente Acordo;
- c) Os valores exigidos para o pagamento de despesas decorrentes da operação do investimento, tais como pagamento de *royalties* e taxas de licenciamento ou outras despesas similares;
- d) Pagamentos relacionados com contratos, inclusive contratos de empréstimo;
- e) Produto da venda total ou parcial ou liquidação do investimento;
- f) Os salários ou outros rendimentos de pessoas singulares contratadas do estrangeiro, em

conexão com um investimento, sujeitos às leis e regulamentos da Parte Contratante em que o investimento foi feito;

- g) Compensações devidas nos termos dos artigos 5º e 6º do presente Acordo;
- h) Pagamentos decorrentes da solução de uma disputa nos termos do artigo 9º deste Acordo.

2. As transferências serão feitas após o investidor ter cumprido todas as suas obrigações financeiras relacionadas com o investimento, de acordo com a legislação em vigor da Parte Contratante em cujo território o investimento foi feito.

3. Nada neste artigo deve ser interpretado no sentido de impedir uma Parte de aplicar de uma forma equitativa e não discriminatória, e não de uma forma que possa constituir uma restrição disfarçada às transferências, as suas leis relativas a:

- a) Falência, insolvência ou relativas à proteção dos direitos dos credores e trabalhadores;
- b) Emissão, comércio ou negociação de títulos;
- c) Infrações criminais ou penais;
- d) Relatórios financeiros e manutenção de registros das transferências, quando necessário, para auxiliar as autoridades responsáveis pela aplicação da lei ou regulação financeira; e
- e) Satisfação de decisões em processos judiciais.

4. Para efeitos do presente Acordo, as taxas de câmbio serão as taxas publicadas de acordo com as leis e regulamentos da Parte Contratante que tenha admitido o investimento, pela instituição financeira que efetuar a transferência, salvo acordo em contrário. Se essa taxa não existir, a taxa oficial deve ser aplicada, salvo acordo em contrário.

Artigo 8º

Sub-rogação

1. Se uma Parte Contratante ou o seu representante designado efetuar um pagamento aos seus próprios investidores ao abrigo de uma garantia ou seguro que tenha concedido relativamente a um investimento no território da outra Parte Contratante, esta última Parte Contratante deverá reconhecer:

- a) A cedência, quer ao abrigo da lei ou por força de uma transação legal naquele país, de qualquer direito ou reivindicação por parte do investidor para com a Parte Contratante ou o seu representante designado, bem como,
- b) Que a primeira Parte Contratante ou o seu representante designado tem direito, em virtude da sub-rogação, de exercer os direitos e cumprir as reivindicações desse investidor e deverá assumir as obrigações relacionadas com o investimento.

2. Os direitos ou reivindicações sub-rogados não deverão exceder os direitos ou reivindicações do investidor originário.

Artigo 9º

Resolução de diferendos em matéria de investimento entre uma Parte Contratante e um Investidor da outra Parte Contratante

1. Qualquer diferendo que possa surgir entre um investidor de uma das Partes Contratantes e da outra Parte Contratante relativamente a um investimento no

território desta outra Parte Contratante deve, se possível, ser resolvido de forma amigável e ser objeto de negociações entre as partes em disputa.

2. As negociações começam na data em que o investidor litigante de uma Parte Contratante solicita negociações à outra Parte Contratante por meio de notificação escrita. A fim de facilitar a resolução amigável do litígio, a notificação escrita deve especificar as questões, a base factual do litígio, as conclusões do investidor litigante (incluindo quaisquer documentos comprovativos) e a sua base jurídica presumida. Salvo acordo em contrário, pelo menos uma consulta será realizada no prazo de 90 dias a contar da data em que o investidor litigante de uma Parte Contratante tenha solicitado negociações da outra Parte Contratante por meio de notificação escrita.

3. Se qualquer litígio entre um investidor de uma Parte Contratante e a outra Parte Contratante não puder ser resolvido dentro de um período de seis meses após a data em que tais negociações foram solicitadas por meio de notificação escrita, o investidor terá o direito de submeter a disputa:

- a) Ao tribunal competente da Parte Contratante no território em que o investimento foi feito; ou
- b) Ao Centro Internacional para a Resolução de Diferendos Relativos a Investimentos (CIRDI), em conformidade com as disposições aplicáveis da Convenção para a Resolução de Diferendos sobre Investimentos entre Estados e Nacionais de outros Estados, aberta a assinatura em Washington DC, a 18 de março de 1965, caso ambas as Partes Contratantes façam parte desta Convenção; ou
- c) A um tribunal arbitral *ad hoc* estabelecido de acordo com as Regras de Arbitragem da Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (CNUDCI). As Partes em disputa podem concordar, por escrito, em se abster dessas regras de Arbitragem; ou
- d) Ao abrigo das Regras do Mecanismo Complementar para a Administração de Procedimentos da Secretaria do Centro Internacional para a Resolução de Diferendos sobre Investimentos (“Regras do Mecanismo Complementar do CIRDI), desde que a Parte Contratante litigante ou a Parte Contratante do investidor, mas não ambos, seja parte da Convenção para a Resolução de Diferendos sobre Investimentos entre Estados e Nacionais de outros Estados, aberta a assinatura em Washington DC, a 18 de março de 1965; ou
- e) Qualquer outra forma de resolução de diferendos acordada pelas partes em disputa.

4. Uma vez que uma disputa tenha sido submetida a um dos tribunais mencionados no n.º 3 a) – e), o investidor não poderá recorrer aos outros fóruns de solução de controvérsias referidos no número 3 a) – e)

5. Se qualquer diferendo entre um investidor de uma Parte Contratante e a outra Parte Contratante não puder ser resolvido dentro de um período de seis meses após a data em que tais negociações foram solicitadas por meio de notificação escrita tal como referido no n.º 2 deste artigo e o investidor litigante pretender submeter a disputa a um dos fóruns referidos no número 3 a) – e), o investidor litigante deve, o mais tardar, em simultâneo com a apresentação de qualquer disputa a um dos tribunais,

notificar a outra Parte Contratante de sua intenção através de notificação escrita.

6. Um investidor só pode submeter uma disputa, conforme referido nos n.ºs 1 e 2, à arbitragem nos termos do n.º 3, se não tiver decorrido mais de três anos a contar da data em que o investidor tomou conhecimento ou deveria, pela primeira vez, ter tomado conhecimento da alegada violação e das perdas ou danos sofridos.

7. Ao proferir a sua decisão, o tribunal deve aplicar este Acordo conforme interpretado ao abrigo da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, e outras normas e princípios de Direito Internacional aplicáveis entre as Partes. Para maior certeza, a legislação nacional das Partes não fará parte da lei aplicável. No caso da Hungria, a expressão “lei interna” compreende a lei da União Europeia.

8. O tribunal a que se refere o n.º 3 b) – e) não terá jurisdição para determinar a legalidade de uma medida que alegadamente constitua uma violação do presente Acordo, nos termos da legislação interna de uma Parte. Para maior certeza, ao determinar a consistência de uma medida com este Acordo, o tribunal poderá considerar, conforme apropriado, a legislação interna de uma Parte como uma questão de facto. Ao fazê-lo, o tribunal seguirá a interpretação prevaemente conferida ao direito interno pelos tribunais ou autoridades dessa Parte e qualquer significado conferido ao direito interno pelo tribunal não será vinculativo aos tribunais ou às autoridades dessa Parte.

9. Os árbitros nomeados como membros do tribunal serão independentes. Eles não devem:

- Afiliar-se a qualquer governo,
- Receber quaisquer instruções de qualquer organização ou governo com relação a assuntos relacionados à disputa,
- Participar na consideração de quaisquer disputas que possam criar um conflito de interesses direto. Os árbitros devem cumprir as Diretrizes da Associação Internacional de Advogados (International Bar Association – IBA) sobre Conflitos de Interesse em Arbitragem Internacional. Além disso, após a nomeação, eles devem abster-se de atuar como peritos ou testemunhas indicados por uma Parte em qualquer disputa de investimento pendente ou nova no âmbito do presente Acordo ou de qualquer outro acordo internacional. As Partes devem adotar um código de conduta específico para os árbitros a ser aplicado em disputas decorrentes deste Artigo, em que as decisões sobre o cumprimento do código são tomadas por uma parte externa do tribunal.

10. A sentença arbitral será final e vinculativa às partes em litígio e será executada de acordo com a lei da Parte Contratante em cujo território o investimento foi feito e a sentença for invocada, até à data indicada na sentença.

11. Após a entrada em vigor de um acordo internacional, entre as Partes Contratantes, que preveja um tribunal multilateral de investimento e/ou um mecanismo de apelação multilateral aplicável a disputas no âmbito do presente Acordo, as partes pertinentes deste Acordo deixarão de ser aplicáveis.

Artigo 10º

Resolução de Diferendos entre as Partes Contratantes

1. Os diferendos entre as Partes Contratantes no que diz respeito à interpretação ou aplicação do presente Acordo devem, na medida do possível, ser resolvidos através de consulta e negociação.

2. Se o diferendo não puder ser resolvido no prazo de seis meses, deve, a pedido de qualquer das Partes Contratantes, ser submetido a um Tribunal Arbitral composto por três membros, de acordo com as disposições do presente Artigo.

3. O Tribunal Arbitral deve ser constituído, para cada caso individual, da seguinte forma. No prazo de dois meses a contar da data de receção do pedido de arbitragem, Cada Parte contratante deverá nomear um membro do tribunal. Estes dois membros deverão então seleccionar um nacional de um terceiro Estado que será nomeado Presidente do Tribunal (doravante denominado “Presidente”). O presidente deverá ser nomeado no prazo de três meses a contar da data de nomeação dos outros dois membros.

4. Se nos prazos especificados no parágrafo 3 deste artigo as nomeações não estiverem feitas qualquer das Partes Contratantes poderá solicitar ao Presidente do Tribunal Internacional de Justiça que proceda àquelas nomeações. Se o Presidente for nacional de qualquer uma das Partes Contratantes, ou se o Presidente estiver impedido de desempenhar a função, o Vice-Presidente será convidado a fazer as nomeações. Se o vice-presidente for também nacional de uma das Partes Contratantes ou estiver impedido de desempenhar a referida função, o membro seguinte na hierarquia do Tribunal Internacional de Justiça que não seja nacional de qualquer das Partes Contratantes será convidado a fazer as nomeações.

5. O Tribunal Arbitral decidirá por maioria de votos.

6. O Tribunal deverá emitir a sua decisão com base no respeito pela lei, pelas disposições do presente Acordo, bem como pelos princípios universalmente aceites do Direito Internacional.

7. O Tribunal determinará as suas regras de procedimento, sujeito a outras disposições feitas pelas Partes Contratantes.

8. Cada Parte Contratante suportará os custos do seu próprio árbitro e sua representação no processo arbitral; o custo do Presidente e os restantes custos serão arcados em partes iguais por ambas as Partes Contratantes. O Tribunal Arbitral pode fazer um regulamento diferente sobre os custos.

9. As decisões do Tribunal são finais e vinculativas a cada Parte Contratante. O Tribunal deverá, a pedido de qualquer das Partes Contratantes, explicar as razões da sua sentença.

Artigo 11º

Transparência

As “regras de transparência da UNCITRAL” aplicam-se a disputas no âmbito do presente Acordo. No que diz respeito a regulamentos de aplicação geral adotados ao nível do governo central relativamente a qualquer assunto coberto por este Acordo, as Partes publicarão o regulamento em seu boletim oficial sem demora, antes da sua entrada em vigor. A pedido de uma Parte deste Acordo, pode ser realizada uma consulta sobre questões relacionadas com as práticas de transparência.

Artigo 12º

Aplicação de outras regras e compromissos especiais

Nada neste Acordo deverá ser utilizado para limitar os direitos dos investidores das Partes Contratantes de

beneficiarem de qualquer tratamento mais favorável que possa ser fornecido em qualquer acordo bilateral ou multilateral existente ou futuro de que sejam partes.

Artigo 13º

Aplicabilidade deste Acordo

Este Acordo aplicar-se-á a investimentos realizados no território de uma das Partes Contratantes, de acordo com suas leis e regulamentos, por investidores da outra Parte Contratante antes e depois da sua entrada em vigor, mas não se aplicará a qualquer disputa ou reivindicação relativa a um investimento que tenha surgido ou que tenha sido resolvida antes da entrada em vigor do presente Acordo.

Artigo 14º

Consultas

A pedido de uma das Partes Contratantes, a outra Parte Contratante deve concondar com consultas sobre a interpretação ou aplicação deste Acordo. A pedido de uma das Partes Contratantes, devem ser trocadas informações sobre o impacto que as leis, regulamentos, decisões, práticas ou procedimentos administrativos, ou políticas da outra Parte Contratante podem ter sobre os investimentos abrangidos por este Acordo.

Artigo 15º

Exceções Gerais

1. Nada neste Acordo deverá impedir uma Parte Contratante de adotar ou manter medidas preventivas, inclusive para:

- a) A proteção dos investidores, depositantes, detentores de apólices ou pessoas a quem é devido um dever fiduciário por parte de um fornecedor de serviços financeiros; ou
- b) Assegurar a integridade e estabilidade do sistema financeiro de uma Parte Contratante.

Quando tais medidas não estiverem em conformidade com as disposições deste Acordo, elas não deverão ser usadas como um meio de esquivar-se aos compromissos ou obrigações da Parte resultantes do presente Acordo. Nada neste Acordo deverá ser interpretado no sentido de constranger uma Parte a divulgar informações relativas aos assuntos e contas de clientes individuais ou qualquer informação confidencial ou sobre propriedade que esteja na posse de entidades públicas.

2. a) Nada no presente Acordo deverá ser interpretado de modo a impedir que uma Parte Contratante adote ou mantenha medidas que restrinjam transferências quando a Parte Contratante experimentar sérias dificuldades na balança de pagamentos, ou a ameaça da mesma, e tais restrições forem consistentes com a alínea b.

- b) As medidas referidas na alínea a) devem ser equitativas, não arbitrárias nem injustificadamente discriminatórias, de boa-fé, de duração limitada e não devem exceder o necessário para corrigir a situação da balança de pagamentos. Uma Parte Contratante que impuser medidas nos termos deste Artigo deverá informar a outra Parte Contratante e apresentar, assim que possível, o calendário para sua remoção. Essas medidas deverão ser tomadas em conformidade com outras obrigações internacionais da Parte

Contratante em questão, incluindo as da OMC e dos Artigos do Acordo do Fundo Monetário Internacional.

3. Nada neste Acordo deverá ser interpretado:

- a) No sentido de impedir que qualquer Parte Contratante tome quaisquer medidas que considere necessárias para a proteção de seus interesses essenciais de segurança
- (i) relativas ao tráfego de armas, munições e materiais de guerra, bem como ao tráfego e transações de outros bens, materiais, serviços e tecnologias realizado direta ou indiretamente para fins de fornecimento a um estabelecimento militar ou de outro tipo de segurança.
- (ii) tomadas em tempo de guerra ou outra emergência nas relações internacionais, ou
- (iii) relativas à aplicação de políticas nacionais ou de acordos internacionais respeitantes à não proliferação de armas nucleares ou de outros engenhos explosivos nucleares, ou
- b) No sentido de impedir que qualquer Parte Contratante tome medidas em cumprimento de suas obrigações sob a Carta das Nações Unidas para a manutenção da paz e da segurança internacionais.

4. Uma Parte Contratante pode negar os benefícios do presente Acordo a um investidor da outra Parte Contratante que seja uma pessoa coletiva e a investimentos desse investidor, se esse investidor for propriedade ou seja controlado por investidores de um terceiro Estado, ou

- a) O investidor não exerce atividades comerciais substanciais no território da Parte Contratante sob cuja lei está constituído, ou
- b) A Parte Contratante que nega os benefícios adota ou mantém medidas, com relação ao terceiro Estado que proíbe transações com tal investidor e seus investimentos, ou que seriam violadas ou contornadas se os benefícios do Acordo fossem concedidos aos investimentos dos investidores.

5. Os interesses essenciais de segurança de uma Parte Contratante podem incluir interesses e medidas decorrentes de sua participação numa união aduaneira, económica ou monetária, um mercado comum ou uma zona de livre comércio.

6. Todas as referências no Acordo sobre as medidas de uma Parte Contratante deverão incluir medidas aplicáveis ao abrigo da legislação da União Europeia (UE) no território dessa Parte Contratante em virtude da sua pertença à União Europeia. As referências sobre “sérias dificuldades na balança de pagamentos, ou a sua ameaça”, devem incluir sérias dificuldades na balança de pagamentos, ou a sua ameaça, na união económica ou monetária da qual uma Parte Contratante é membro.

7. A solução de disputas nos termos do Artigo 9º não deverá ser considerada como tratamento, preferência ou privilégio.

Artigo 16º

Disposições finais, entrada em vigor, duração, término e alterações

1. Este acordo aplica-se sem prejuízo das obrigações das Partes Contratantes decorrentes de sua adesão ou participação em quaisquer uniões aduaneiras existentes

ou futuras, união económica, acordo de integração económica regional ou acordos internacionais similares, como por exemplo a União Europeia. Por conseguinte, as disposições do presente Acordo não podem ser invocadas ou interpretadas, no seu todo ou em parte, no sentido de invalidar, alterar ou, de outro modo, afetar as obrigações das Partes Contratantes em decorrência de tal pertença ou participação.

2. As Partes Contratantes devem notificar-se mutuamente, por via diplomática, do cumprimento dos respetivos requisitos internos em matéria de procedimentos para a entrada em vigor do presente Acordo. Este Acordo entrará em vigor sessenta (60) dias após a receção da última notificação.

3. O presente Acordo permanecerá em vigor por um período de dez anos, findo o qual continuará a vigorar, a menos que uma das Partes Contratantes notifique por escrito a outra Parte Contratante da sua intenção de denunciar o presente Acordo. A denúncia entrará em vigor um ano após a sua receção da notificação pela outra Parte Contratante, mas não antes do termo do período inicial de dez anos.

4. No que diz respeito aos investimentos feitos antes da denúncia deste Acordo, as suas disposições continuarão em vigor por um período de dez anos a partir da data do denúncia.

5. Este Acordo poderá ser alterado por consentimento escrito entre as Partes Contratantes. Qualquer alteração será parte integrante do Acordo e entrará em vigor sob o mesmo procedimento exigido para a entrada em vigor do presente Acordo.

6. Qualquer Parte Contratante poderá submeter este Acordo para registo junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas após sua entrada em vigor, de acordo com o artigo 102º da Carta das Nações Unidas e deverá notificar a outra Parte Contratante sobre o cumprimento deste procedimento.

EM FÉ DO QUE, os abaixo assinados devidamente autorizados assinaram o presente Acordo.

FEITO em duplicado na Praia este 28º dia de março 2019, nas línguas Portuguesa, Húngara, e Inglesa, sendo todos os textos autênticos. Em caso de qualquer divergência de interpretação, deve prevalecer o texto em língua inglesa.

Pelo Governo da
República de Cabo Verde

Pelo Governo da
República da Hungria

Megállapodás

a Zöld-Foki Köztársaság Kormánya és a Magyarország Kormánya Között a Beruházások Ösztönzéséről és Kölcsönös Védelméről

A Zöld-foki Köztársaság Kormánya és a Magyarország Kormánya (a továbbiakban: „Szerződő Felek”)

attól az óhajtól vezérelve, hogy a gazdasági együttműködést mindkét Szerződő Fél javára erősítsék,

aazzal a szándékkal, hogy kedvező feltételeket teremtsenek és tartsanak fenn az egyik Szerződő Fél beruházóinak beruházásaihoz a másik Szerződő Fél területén, és

arra törekedve, hogy a beruházások összhangban álljanak az egészség, a biztonság és a környezet védelmével, illetve a nemzetközi és a Szerződő Felek nemzeti joga által

elismert emberi jogok, munkavállalói jogok és a vállalati társadalmi felelősségvállalás nemzetközileg elismert normáinak előmozdításával és védelmével;

attól az óhajtól vezérelve, hogy ösztönözzék a Szerződő Felek fenntartható fejlődéséhez hozzájáruló beruházásokat;

célul tűzve ki a beruházók és a fogadó állam jogai és kötelezettségei közötti általános egyensúly biztosítását;

annak tudatában, hogy a beruházásoknak a jelen Megállapodással összhangban történő ösztönzése és kölcsönös védelme elősegíti az üzleti kezdeményezéseket ezen a területen,

megállapodtak a következőkben:

1. cikk

Meghatározások

A Megállapodás alkalmazásában:

1. A „beruházás” kifejezés magában foglal minden olyan vagyoni értéket, melyet az egyik Szerződő Fél valamely beruházója gazdasági tevékenységgel összefüggésben fektetett be a másik Szerződő Fél területén ez utóbbi törvényeivel és jogszabályaival összhangban, és különösen – de nem kizárólag – a következőket jelenti:

- a) az ingó és ingatlan tulajdont, valamint minden egyéb dologi jogot, mint például a jelzálogot, zálogot, a zálogjogot és hasonló jogokat;
- b) a részvényt, az üzletrészt és a vállalati kötvényt, illetve a társasági érdekeltiség egyéb formáit;
- c) a beruházáshoz kapcsolódó pénzkövetelést vagy gazdasági értékkel rendelkező teljesítés nyújtására vonatkozó követelést;
- d) a szellemi és ipari tulajdonhoz fűződő jogot, ideértve a beruházáshoz kapcsolódó szerzői jogot, védjegyet, szabadalmat, formatervezési mintát, növényfajta oltalomhoz való jogokat, technikai eljárást, know-how-t, kereskedelmi titkot, földrajzi eredetmegjelölést, kereskedelmi nevet és goodwillt
- e) minden jogszabály vagy szerződés által biztosított jogot és jogszabályon alapuló mindenfajta engedélyt és jóváhagyást, beleértve a természeti erőforrások kutatására, kitermelésére, művelésére vagy kiaknázására vonatkozó koncessziót.

A vagyoni érték beruházási formájának későbbi megváltozása nem érinti annak beruházás jellegét, feltételezve, hogy ez a változás annak a Szerződő Félnak a törvényeivel és egyéb jogszabályaival összhangban áll, amelynek területén a beruházás létesült.

2. A „beruházó” kifejezés az egyik Szerződő Fél minden olyan természetes vagy jogi személyét jelenti, aki a másik Szerződő Fél területén beruházást valósított meg.

- a) A „természetes személy” kifejezés az olyan természetes személyt jelenti, aki bármelyik Szerződő Fél állampolgára annak törvényei értelmében.
- b) A „jogi személy” kifejezés azt a jogalanyt jelenti, amely az egyik Szerződő Fél területén, annak hatályos törvényeivel és jogszabályaival összhangban jött létre illetve került bejegyzésre,

továbbá központi irányítása vagy gazdasági tevékenységének székhelye az egyik Szerződő Fél területén található.

3. A „hozam” kifejezés a beruházásból származó eredményt jelenti és magában foglalja – különösen, de nem kizárólagosan – a nyereséget, a kamatot, a tőkenyereséget, az osztalékot, a jogdíjat vagy egyéb díjat.

4. A „terület” kifejezés jelenti:

- a) Magyarország tekintetében azt a területet, amely fölött Magyarország a nemzetközi joggal összhangban szuverenitást, felségjogokat vagy joghatóságot gyakorol;
- b) a Zöld-foki Köztársaság vonatkozásában azt a területet, amely fölött a Zöld-foki Köztársaság a nemzetközi joggal, nemzeti törvényeivel és jogszabályaival összhangban szuverenitással vagy joghatósággal rendelkezik.

5. A „szabadon átváltható pénznem” kifejezés azt a pénznemet jelenti, amelyet széles körben használnak fizetésre nemzetközi üzleti tranzakciók során és széles körben forgalmaznak a vezető nemzetközi devizapiacokon, amennyiben ez nem ellentétes egyik Szerződő Fél jogszabályaival sem, függetlenül attól, hogy a Nemzetközi Valutaalap miként határozza meg a szabadon átváltható és szabadon használható pénznemek körét.

2. cikk

A beruházások ösztönzése és védelme

1. Mindkét Szerződő Fél ösztönzi a másik Szerződő Fél beruházóit, és kedvező körülményeket teremt számukra annak érdekében, hogy területén beruházást létesítsenek, továbbá törvényeivel és jogszabályaival összhangban lehetővé teszi az ilyen beruházások létrehozását.

2. Mindkét Fél – a 3–6. bekezdésekkel összhangban – a saját területén tisztességes és méltányos bánásmódot, teljes körű védelmet és biztonságot nyújt a másik Fél beruházóinak és az általuk létesített beruházások tekintetében.

3. A beruházások vonatkozásában a tisztességes és méltányos elbánás biztosítására vonatkozó kötelezettség megszegésének minősülnek a beruházások vonatkozásában az alábbi intézkedések vagy intézkedéssorozatok:

- a) az igazságszolgáltatás megtagadása büntető-, polgári vagy közigazgatási eljárás során; vagy
- b) eljárási szabályok súlyos megsértése – ideértve az átláthatóság súlyos megsértését és a hatékony jogorvoslathoz való jog érvényesülésének sérelmét – a bírósági vagy közigazgatási eljárás során; vagy
- c) a nyilvánvaló önkényesség; vagy
- d) nyilvánvalóan jogellenes alapon történő célzott hátrányos megkülönböztetés, például nemi, faji vagy vallási hovatartozás alapján; vagy
- e) a zaklatás, kényszerítés, hatalommal való visszaélés és hasonló rosszhiszemű magatartás.

A Felek bármelyik Fél kérésére felülvizsgálhatják a tisztességes és méltányos bánásmód biztosítására vonatkozó kötelezettség tartalmát.

4. Az egyértelműség érdekében, a „teljes körű védelem és biztonság” a Szerződő Félnek a beruházók és az érintett beruházások fizikai biztonságával kapcsolatos kötelezettségére vonatkozik, mely során megfelelő gondossággal jár el.

5. E Megállapodás valamely más rendelkezésének vagy egy ettől különböző nemzetközi megállapodásnak a megsértése nem jelenti e cikk megsértését.

6. Az a tény, hogy egy intézkedés a nemzeti jog valamely rendelkezését sérti, önmagában nem minősül e cikk megsértésének; bíróságnak kell mérlegelnie, hogy valamelyik Fél a 2. bekezdésben foglalt kötelezettségekkel összeegyeztethetetlenül járt-e el.

7. Mindkét Szerződő fél törvényeikkel összhangban elősegíti a másik Szerződő Fél beruházói, illetve a beruházási munkálatokhoz kapcsolódó kulcsszemélyzete, mint például a magas szintű irányítói vagy vezetői vagy különleges szaktudással rendelkező személyek számára az országba történő belépési, a tartózkodási és munkavállalói engedély megadását.

8. A Szerződő Felek nem ösztönözik a beruházásokat országuk környezetvédelmi, munkaügyi, munkaegészségügyi vagy munkavédelmi jogszabályainak enyhítésével, vagy az alapvető munkaügyi előírások lazításával. Ha az egyik Szerződő Fél úgy ítéli meg, hogy a másik Szerződő Fél ilyen ösztönzést kínált fel, akkor konzultációt kezdeményezhet a másik Szerződő Féllel, és a két Szerződő Fél egyeztetést folytat az ilyen jellegű ösztönzés elkerülése érdekében.

3. cikk

Beruházás és szabályozási intézkedések

1. E Megállapodás rendelkezései nem befolyásolják a Felek azon jogát, hogy területükön belül szabályozási intézkedéseket hozzanak olyan jogszerű szakpolitikai célkitűzések megvalósítása érdekében, mint például a közegészségügy, a biztonság, a környezet vagy a közérkölcsvédelem, a szociális vagy fogyasztóvédelem vagy a kulturális sokféleség előmozdítása és védelme.

2. Pusztán az a tény, hogy valamely Fél olyan szabályozást alkalmaz – beleértve a törvényeinek módosítását is –, amely negatívan érinti a beruházásokat vagy befolyásolja a beruházó által várható nyereséget, önmagában még nem minősül a jelen Megállapodásból fakadó kötelezettségek megsértésének.

3. Az egyértelműség érdekében, valamely Fél arra vonatkozó döntése, hogy nem nyújt, nem hosszabbít meg vagy nem tart fenn egy támogatást:

- a) és sem jogszabály, sem szerződés alapján nem áll fenn kötelezettség a támogatás nyújtására, meghosszabbítására vagy fenntartására vonatkozóan; vagy
- b) arra a támogatás nyújtásához, meghosszabbításához vagy fenntartásához kapcsolódó feltételekkel összhangban kerül sor, az nem minősül a jelen Megállapodás rendelkezései megsértésének.

A jelen Megállapodás egyik rendelkezése sem értelmezhető úgy, hogy kizárja bármelyik Fél számára, hogy a támogatás nyújtását megszüntesse vagy a támogatást visszafizettesse, ha az ilyen intézkedésre a Felek között fennálló nemzetközi kötelezettségeknek való megfelelés érdekében van szükség vagy ha azt az illetékes bíróság, közigazgatási bíróság vagy más illetékes hatóság rendelte

el, továbbá nem értelmezhető úgy, hogy az érintett Fél kártalanítani köteles ezért a beruházót.

4. cikk

Nemzeti és legnagyobb kedvezményes elbánás

1. Az egyes Szerződő Felek a másik Fél beruházóit és beruházását olyan elbánásban részesítik, amely nem kevésbé kedvező, mint az az elbánás, amelyet saját beruházók és azok beruházásai számára hasonló helyzetben területükön beruházásaik fenntartása, működtetése, igazgatása, használata, élvezete, értékesítése vagy velük való rendelkezés vonatkozásában biztosítanak.

2. Az egyes Szerződő Felek a másik Szerződő Fél beruházóit és azok beruházásait olyan elbánásban részesítik a területükön létrehozott beruházásaik működtetése, fenntartása, igazgatása, használata, élvezete, értékesítése vagy a velük való rendelkezés tekintetében, amely nem kevésbé kedvező, mint egy harmadik állam beruházói vagy azok beruházásai részére hasonló helyzetekben biztosított elbánás.

3. Az egyértelműség érdekében a Felek rögzítik, hogy a 2. bekezdésben hivatkozott „elbánás” nem foglalja magában a beruházó és állam közötti beruházásokkal kapcsolatos viták megoldására irányuló, más beruházási szerződésekben vagy bármely más megállapodásokban szereplő eljárásokat. A más nemzetközi beruházási szerződésekben vagy kereskedelmi megállapodásokban szereplő lényeges kötelezettségek önmagukban nem minősülnek „elbánásnak”, ezért az azokból fakadóan elfogadott vagy fenntartott intézkedések hiánya nem jelenti e cikk Felek általi megsértését.

4. Jelen Megállapodásnak a nemzeti elbánásra és a legnagyobb kedvezményes elbánásra vonatkozó rendelkezései nem alkalmazandók a Szerződő Fél által vámunió, gazdasági vagy monetáris unió, közös piac vagy szabadkereskedelmi övezet tagjaként való kötelezettségei alapján nyújtott előnyökre.

5. A Szerződő Felek tudomásul veszik, hogy a Szerződő Félnek a vámunió, gazdasági vagy monetáris unió, közös piac vagy szabadkereskedelmi övezet tagjaként való kötelezettségei magukban foglalják azon nemzetközi szerződésből vagy viszonyossági megállapodásból fakadó kötelezettségeket, amelyeket a vámunió, gazdasági vagy monetáris unió, közös piac vagy szabadkereskedelmi övezet köt.

6. E cikk rendelkezései nem értelmezhetők úgy, hogy a Szerződő Felek kötelesek a másik Szerződő Fél beruházóira vagy az általuk létrehozott beruházásokra vagy az azokon elért hozamra olyan elbánás, preferencia vagy kiváltság előnyeit kiterjeszteni, amelyeket az előbbi Szerződő Fél:

- a) olyan többoldalú nemzetközi beruházásvédelmi megállapodás alapján nyújthat, amelyben valamelyik Szerződő Fél részes fél vagy azzá válhat;
- b) olyan nemzetközi megállapodás vagy konstrukció alapján nyújthat, amely teljes egészében vagy főként az adózással kapcsolatos.

5. cikk

Kártalanítás veszteségeikért

1. Ha bármelyik Szerződő Fél beruházóinak a beruházásai vagy azok hozamai háború, fegyveres összeütközés, országos szükségállapot, felkelés, lázadás, zavargás

vagy egyéb hasonló esemény miatt a másik Szerződő Fél területén veszteséget szenvednek, az utóbbi Szerződő Fél a helyreállítás, kártalanítás, kárpótlás vagy egyéb rendezés tekintetében olyan bánásmódban részesíti azokat, amely nem kedvezőtlenebb, mint az utóbbi Szerződő Fél által a saját beruházóinak vagy bármelyik harmadik állam beruházóinak biztosított bánásmód közül a kedvezőbb.

2. Nem érintve ennek a cikknek az 1. bekezdésében foglaltakat, az egyik Szerződő Fél azon beruházói számára, akik abban a bekezdésben foglalt események miatt a másik Szerződő Fél területén veszteségeket szenvednek abból kifolyólag, hogy

- a) tulajdonukat, vagy annak egy részét a másik Szerződő Fél hadserege, illetve hatóságai igénybe vették;
- b) tulajdonukat, vagy annak egy részét a másik Szerződő Fél hadserege, illetve hatóságai megsemmisítették, és erre nem harci cselekmények folytán vagy a helyzet szükségszerűsége miatt került sor, igazságos, megfelelő és tényleges helyreállítás vagy kárpótlás jár azon Szerződő Fél részéről, melynek a területén a veszteség bekövetkezett.

A kártalanítás kereskedelmileg indokolt mértékű kamatot is magában foglal a veszteség bekövetkezésének napjától kezdődően a fizetés napjáig terjedő időszakra vonatkozóan.

6. cikk

Kisajátítás

1. Egyik Szerződő Fél beruházóinak beruházásait vagy hozamait sem államosíthatják, sajátíthatják ki közvetlenül vagy közvetetten vagy vethetik olyan intézkedések alá a másik Szerződő Fél területén, melyek hatása megegyezik az államosítással vagy kisajátítással (a továbbiakban „kisajátítás”), kivéve, ha az közérdekből történik.

2. A kisajátítást hátrányos megkülönböztetésektől mentesen, megfelelő törvényes eljárás keretében kell végrehajtani és egyidejűleg rendelkezni kell az azonnali, megfelelő és tényleges kártalanítás megfizetéséről.

3. A kártalanításnak egyenértékűnek kell lennie a kisajátított beruházásnak azzal a piaci értékével, amely a kisajátítást közvetlenül megelőző időpontban, illetve a közelgő kisajátítás közismertté válásakor érvényes volt – attól függően, hogy melyik időpont következett be hamarabb –, valamint a kisajátítás napjától kezdődően a tényleges fizetés napjáig terjedő időszakra vonatkozóan kereskedelmileg indokolt mértékű, piaci alapon megállapított kamatot is kell tartalmaznia és késedelem nélkül teljesítendőnek, ténylegesen hozzáférhetőnek és szabadon átváltható pénznemben szabadon átutalhatónak kell lennie.

4. A Megállapodás alkalmazásában:

- a) közvetett kisajátítás valamely Szerződő Fél olyan intézkedésének vagy intézkedéssorozatának eredményeként áll elő, amelynek hatása – a tulajdonjog elvonása vagy nyílt lefoglalás nélkül is – egyenértékű a közvetlen kisajátítással;
- b) tényeken alapuló, eseti vizsgálatot igényel annak megállapítása, hogy egy adott tényállás mellett valamelyik Szerződő Fél intézkedésének vagy intézkedési sorozatának a közvetlen kisajátítással egyenértékű hatása van-e, figyelembe véve többek között az alábbi tényezőket: (i) az intézkedés vagy az intézkedések sorozatának gazdasági

hatása, bár pusztán az a tény, hogy valamelyik Fél intézkedése vagy intézkedéseinek sorozata hátrányosan érinti egy beruházás gazdasági értékét, nem alapozza meg annak megállapítását, hogy közvetett kisajátítás történt, (ii) a Szerződő Fél intézkedésének vagy intézkedéssorozatának időtartama, (iii) az intézkedések vagy az intézkedéssorozat jellege, nevezetesen a célja és tartalma.

- c) nem jelent közvetett kisajátítást a Szerződő Felek olyan, megkülönböztetéstől mentes intézkedése vagy intézkedéssorozata, amelyet jóhiszeműen és önkényesség nélkül, valamilyen közcélból – beleértve a közegészségügyi, közbiztonsági és környezetvédelmi célokat – dolgoznak ki és alkalmaznak, az elérni kívánt célhoz szükséges és azzal arányos mértékben.

7. cikk

Átutalások

1. A Szerződő Felek lehetővé teszik a beruházásokkal és hozamokkal kapcsolatos kifizetések szabad átutalhatóságát. Az átutalásoknak szabadon átváltható pénznemben kell történniük, összhangban annak a Szerződő Félnek a törvényeivel és jogszabályaival, ahol a beruházást létrehozták, minden korlátozás és indokolatlan késedelem nélkül. Az ilyen átutalások különösen – de nem kizárólag – a következőket foglalják magukban:

- a. a tőkét és a beruházás fenntartására vagy növelésére fordított pótlólagos összegeket;
- b. a jelen Megállapodás 1. cikkének 3. bekezdésében meghatározott hozamokat;
- c. a beruházás működtetése során felmerülő költségek fedezéséhez szükséges összegeket, mint például a jogdíjak és licenccégek, vagy egyéb, hasonló költségek;
- d. a szerződésekkel, hitelszerződésekkel kapcsolatos kifizetéseket;
- e. a beruházás részleges vagy teljes eladásából vagy felszámolásából befolyó összegeket;
- f. a beruházáshoz kapcsolódóan külföldről alkalmazott természetes személyeknek azt a bérét vagy egyéb keresetét, amely azon Szerződő Fél törvényeinek és jogszabályainak hatálya alá tartozik, ahol a beruházást létrehozták;
- g. a jelen Megállapodás 5. és 6. cikke szerinti kártalanítási kötelezettségeket;
- h. a jelen Megállapodás 9. cikke szerinti vitarendezésből származó kifizetéseket.

2. Az átutalásokat azt követően kell teljesíteni, hogy a beruházó eleget tett valamennyi, a beruházás helye szerinti Fél területén hatályban lévő törvényekben előírt pénzügyi kötelezettségének.

3. E cikk egyetlen rendelkezése sem értelmezhető úgy, hogy az megakadályozza azt, hogy valamelyik Fél méltányos és megkülönböztetésmentes módon, és nem az átutalások rejtett korlátozásának minősülő módon alkalmazza a következőkhöz kapcsolódó saját törvényeit:

- a. csőd, fizetéseképtelenség vagy a kapcsolódó hitelezők

és munkavállalók jogainak védelme;

- b. értékpapírok kibocsátása, az azokkal való kereskedelem és ügyletek;
- c. büntetendő vagy bűncselekmények;
- d. átutalásokhoz kapcsolódó pénzügyi jelentéstételi vagy nyilvántartási kötelezettség, amikor ez a bűnüldöző vagy a pénzügyi szabályozó hatóságok részére történő segítségnyújtás érdekében szükséges;
- e. ítéletek végrehajtása bírósági végrehajtási eljárásban.

4. A jelen Megállapodás tekintetében árfolyamoknak – eltérő megegyezés hiányában – az átutalást lebonyolító hitelintézet által, a beruházást befogadó Szerződő Fél törvényeivel és jogszabályaival összhangban általánosan alkalmazott és közzétett árfolyamok tekintendők. Amennyiben ilyen árfolyam nem létezik – eltérő megegyezés hiányában – a hivatalos árfolyamot kell alkalmazni.

8. cikk

Jogátruházás

1. Amennyiben az egyik Szerződő Fél vagy annak kijelölt ügynöksége a másik Szerződő Fél területén megvalósult beruházására vonatkozóan nyújtott garancia vagy biztosítás alapján saját beruházóinak kifizetést teljesít, az utóbbi Szerződő Fél elismeri:

- a) a beruházó bármilyen jogának vagy követelésének átszállását az előbbi Szerződő Félre vagy annak kijelölt ügynökségére az annak országában érvényes valamely jogszabály vagy jogügylet útján, valamint,
- b) hogy az előbbi Szerződő Fél vagy annak kijelölt ügynöksége jogutódlás címén jogosult a beruházó jogainak gyakorlására és követeléseinek érvényesítésére, továbbá átvállalja a beruházással kapcsolatos kötelezettségeket.

2. Az átruházott jogok és követelések nem haladhatják meg a beruházó eredeti jogait és követeléseit.

9. cikk

Beruházási viták rendezése az egyik Szerződő Fél

és a másik Szerződő Fél valamely beruházója között

1. Az egyik Szerződő Fél beruházója és a másik Szerződő Fél között felmerülő, az utóbbi Szerződő Fél területén lévő beruházással kapcsolatos vitákat a vitában álló feleknek – amennyiben lehetséges – peren kívül, tárgyalások útján kell egymás közt rendezniük.

2. A tárgyalások azon a napon kezdődnek, amikor az egyik Szerződő Fél kifogással élő beruházója írásban kéri a másik Szerződő Felet a vitás kérdés megtárgyalására. A vita peren kívüli, tárgyalásos rendezésének megkönnyítése végett az írásbeli értesítésben tételesen fel kell sorolni a vitás kérdéseket, a vita tényállását, a kifogással élő beruházó megállapításait (ide értve a bizonyítékként szolgáló dokumentumokat is), valamint ezek feltételezett jogalapját. Az attól a naptól számított 90 napon belül, hogy az egyik Szerződő Fél panasszal élő beruházója írásban kérte fel tárgyalásra a másik Szerződő Felet, eltérő megegyezés hiányában legalább egy konzultációt meg kell tartani.

3. Ha az egyik Szerződő Fél beruházója és a másik Szerződő Fél közötti vita az ilyen tárgyalásokra vonatkozó igény írásbeli benyújtása utáni hat hónapon belül nem rendezhető ily módon, akkor az érintett beruházónak jogában áll a vitát beterjeszteni:

- a) annak a Szerződő Félnek az illetékes bíróságához, amelynek a területén a beruházás létesült; vagy
- b) az Államok és más államok természetes és jogi személyei közötti beruházási viták rendezéséről Washingtonban, 1965. március 18-án kelt Egyezmény vonatkozó rendelkezései szerint a Beruházási Viták Rendezésének Nemzetközi Központjához (ICSID), amennyiben mindkét Szerződő Fél részesévé vált az Egyezménynek; vagy
- c) olyan nemzetközi ad hoc választottbírósághoz, amely az Egyesült Nemzetek Nemzetközi Kereskedelmi Jogi Bizottságának (UNCITRAL) választottbírósági szabályzata szerint jött létre. A vitában álló felek írásban megállapodhatnak abban, hogy eltérnek e választottbírósági szabályzattól, vagy
- d) a Beruházási Viták Rendezése Nemzetközi Központjának (ICSID) Titkársága által az eljáráshoz szükséges kiegészítő intézkedések szabályai (továbbiakban „Az ICSID kiegészítő intézkedések szabályai”) szerint, amennyiben a vitát kezdeményező Szerződő Fél vagy a beruházó állama szerinti Szerződő Fél – de mindkettő nem – részese az Államok és más államok természetes és jogi személyei közötti beruházási viták rendezéséről szóló, Washingtonban, 1965. március 18-án kelt Egyezménynek; vagy
- e) a vitában részt vevő felek megállapodása szerinti bármely egyéb vitarendezési forma keretében.

4. Miután a beruházó a vitát a 3. bekezdés a)–e) pontjában felsorolt bíróságok valamelyikéhez már beterjesztette, a 3. bekezdés a)–e) pontjaiban felsorolt további fórumhoz folyamodni már nem jogosult.

5. Ha az egyik Szerződő Fél beruházója és a másik Szerződő Fél közötti vita a jelen cikk 2. bekezdésében említett, tárgyalásokra vonatkozó igény írásbeli benyújtása utáni hat hónapon belül nem rendezhető, és ezért a kifogással élő beruházó a vitát a 3. bekezdés a)–e) pontjában felsorolt valamelyik fórum elé kívánja terjeszteni, akkor – legkésőbb a vita bírósági beterjesztésével egyidejűleg – köteles ebbéli szándékáról írásban értesíteni a másik Szerződő Felet.

6. A beruházó az 1. és 2. bekezdésében foglaltak szerint, a 3. bekezdéssel összhangban csak akkor kérelmezhet választottbírósági vitarendezést, ha még nem telt el három év attól az időponttól kezdődően, hogy a beruházó először szerzett vagy szerezhett volna tudomást a feltételezett jogsértésről és arról, hogy őt veszteség vagy kár érte.

7. Határozatainak meghozatala során a bíróság a jelen Megállapodást a szerződéses jogáról szóló Bécsi Egyezmény és a Felek között alkalmazandó egyéb nemzetközi jogszabályok és elvek szerinti értelmezésnek megfelelően alkalmazza. Az egyértelműség érdekében, a Felek nemzeti joga nem képezi részét az alkalmazandó jognak. Magyarország vonatkozásában, a nemzeti jog magában foglalja az Európai Unió jogát.

8. A 3. bekezdés b)–e) pontjaiban hivatkozott választottbíróságnak nincs joghatósága a jelen Megállapodást feltételezetten sértő intézkedés valamely Fél nemzeti joga szerinti

jogszerűségének megállapításában. Az egyértelműség érdekében annak eldöntése céljából, hogy valamely intézkedés összhangban áll-e a Megállapodás rendelkezéseivel, a választottbíró csak tényként veheti figyelembe a Fél nemzeti jogát. Ennek során a választottbíró követi a nemzeti jognak az adott Fél bírósági vagy hatóságai általi értelmezését, és a nemzeti jognak a választottbíró általi értelmezése nem kötelező az érintett Szerződő Fél bíróságaira vagy hatóságaira nézve.

9. A bíróság tagjainak jelölt választottbírák függetlenek. A választottbírák

- nem állhatnak kapcsolatban egyetlen kormánnyal sem,
- nem fogadhatnak el utasításokat semmilyen szervezettől vagy kormánytól a vitához kapcsolódó ügyek tekintetében,
- nem vehetnek részt olyan vita elbírálásában, amely közvetlen összeférhetetlenséget eredményezne. A választottbíráknak meg kell felelniük az Ügyvédi Kamarák Nemzetközi Egyesülete nemzetközi választottbíráskodásban előforduló összeférhetlenségről szóló iránymutatásainak. Ezenkívül kinevezésüktől kezdve nem járhatnak el valamely fél által kinevezett szakértőként vagy tanúként semmilyen folyamatban lévő vagy új, e Megállapodás vagy bármely más nemzetközi megállapodás hatálya alá tartozó beruházással kapcsolatos vitában. A Felek a jelen cikkhez kapcsolódó viták során a választottbírók számára alkalmazandó egyedi magatartási kódexet fogadnak el, amelyben a kódex betartásával kapcsolatos döntéseket egy, a választottbíróson kívüli személy hozza meg.

10. A döntés a vitában érintett felekre nézve véglegesek és kötelező érvényűek, és azokat az adott döntésnek megfelelően, a döntésben feltüntetett időpontig annak a Szerződő Félnek a törvényével összhangban kell végrehajtani, amelynek területén a beruházás létesült.

11. Amennyiben a Szerződő Felek között olyan nemzetközi megállapodás lép hatályba, amely a jelen Megállapodás keretében felmerülő viták vonatkozásában többoldalú beruházási választottbíráskodást és/vagy többoldalú jogorvoslati mechanizmust ír elő, a jelen Megállapodás vonatkozó részei a továbbiakban nem alkalmazandók.

10. cikk

A Szerződő Felek közötti jogviták rendezése

1. A Szerződő Felek között jelen Megállapodás értelmezésével vagy alkalmazásával kapcsolatosan felmerült jogvitákat lehetőség szerint konzultációk, illetve tárgyalások útján kell rendezni.

2. Ha a vita ily módon hat hónapon belül nem rendezhető, azt bármelyik Szerződő Fél kérésére a jelen cikk rendelkezései szerinti, háromtagú választottbíró elé kell terjeszteni.

3. A választottbírókat minden egyes esetben a következő módon kell megalkotni. A választottbírósi eljárás iránti kérelem kézhezvételétől számított két hónapon belül mindkét Szerződő Fél kijelöli a bíróság egy-egy tagját. Ezt követően ezen két tagnak egy harmadik állam állampolgárát kell kiválasztania, akit a bíróság elnökévé (a továbbiakban „elnök”) jelölnek ki. A bíróság elnökét a két másik tag kijelölésének időpontjától számított három hónapon belül ki kell jelölni.

4. Amennyiben a jelen cikk 3. bekezdésében meghatározott határidőkön belül a szükséges kijelölések nem történtek meg, úgy a Nemzetközi Bíróság elnökét lehet felkérni

a szükséges kijelölések megtételére. Ha a Nemzetközi Bíróság elnöke valamelyik Szerződő Fél állampolgára, vagy valamilyen más ok akadályozza az említett tisztség ellátásában, az alelnököt kell felkérni a szükséges kijelölések megtételére. Ha az alelnök valamelyik Szerződő Fél állampolgára, vagy ő is akadályoztatva van az említett tisztség ellátásában, a Nemzetközi Bíróságnak azt a rangidős tagját kell felkérni a kijelölések megtételére, aki egyik Szerződő Félnek sem állampolgára.

5. A választottbíró döntését szavazattöbbséggel hozza.

6. A választottbíró döntését a törvény tiszteletben tartása mellett, ezen Megállapodás rendelkezései, valamint a nemzetközi jog általánosan elfogadott elvei alapján hozza.

7. A Szerződő Felek egyéb rendelkezéseit figyelembe véve a bíróság eljárási szabályait maga határozza meg.

8. Mindkét Szerződő Fél maga viseli a választott bírójának, valamint a választottbírósi eljárásban való képviselőnek a költségeit; az elnök költségeit és a fennmaradó költségeket a Szerződő Felek egyenlő arányban viselik. A választottbíró eltérő rendelkezést is hozhat a költségek tekintetében.

9. A bíróság döntései véglegesek és kötelezőek mindkét Szerződő Fél számára. A választottbíró bármely Szerződő Fél kérelmére, magyarázatot ad döntésének okairól.

11. cikk

Átláthatóság

A jelen Megállapodás keretében felmerülő vitákban az UNCITRAL átláthatósági szabályai alkalmazandók. A központi kormányzati szinten elfogadott, a jelen Megállapodás hatálya alá tartozó kérdéseket érintő, általánosan alkalmazandó jogszabályokat a Felek kötelesek haladéktalanul, jóval azok hatálybalépése előtt közzétenni hivatalos közlönyükben. A jelen Megállapodásban részes Szerződő Fél kérésére egyeztetés tartható az átláthatósági gyakorlathoz kapcsolódó kérdésekben.

12. cikk

Egyéb szabályok és különleges kötelezettségek alkalmazása

Jelen Megállapodás rendelkezései nem korlátozhatják a Szerződő Felek beruházóinak azon jogát, hogy bármely létező vagy jövőbeni két- vagy többoldalú megállapodás alapján, annak részeseként kedvezőbb elbánásban részesüljenek.

13. cikk

A Megállapodás alkalmazhatósága

A Megállapodást az egyik Szerződő Fél területén, annak törvényeivel és jogszabályaival összhangban a másik Szerződő Fél beruházói által a Megállapodás hatálybalépése előtt vagy azt követően megvalósított beruházásokra kell alkalmazni, de nem alkalmazható olyan beruházással kapcsolatos jogvitára vagy követelésre, amely a Megállapodás hatálybalépése előtt merült fel, vagy amelyet a hatálybalépés előtt rendeztek.

14. cikk

Egyeztetések

Bármelyik Szerződő Fél kérésére a másik Szerződő Fél hozzájárul ahhoz, hogy a Megállapodás értelmezéséről

vagy alkalmazásáról egyeztessenek. Az egyik Szerződő Fél kérésére információcsere történik arról, hogy a másik Szerződő Fél törvényei, jogszabályai, határozatai, igazgatási gyakorlatai, eljárásai vagy szakpolitikái milyen hatással lehetnek a jelen Megállapodás hatálya alá tartozó beruházásokra.

15. cikk

Általános kivételek

1. A Megállapodásban a Szerződő Felet semmi sem akadályozhatja abban, hogy prudenciális okokból elővigyázatossági intézkedéseket vezessen be vagy tartson fenn, többek között:

- a) a beruházók, a betétesek, a biztosítottak, illetve azon személyek védelme, akik felé valamely pénzügyi szolgáltató letéteményesi kötelezettséggel tartozik; és
- b) a Szerződő Fél pénzügyi rendszere integritásának és stabilitásának biztosítása.

Amennyiben ezen intézkedések nincsenek összhangban a Megállapodás rendelkezéseivel, azok nem alkalmazhatók a Megállapodásból származó kötelezettségvállalások és kötelezettségek elkerülésének céljából. A jelen Megállapodás egyik rendelkezése sem értelmezhető úgy, hogy az előírná a Feleknek egyedi vevők ügyeivel vagy elszámolásaival összefüggő, illetve a közigazgatási intézmények birtokában lévő bizalmas vagy védett információk kiszolgáltatását.

2. a) Jelen Megállapodásban semmi sem értelmezhető úgy, hogy a Szerződő Felet akadályozza abban, hogy fizetési mérlegének súlyos nehézsége vagy annak veszélye esetén a bekezdés b) pontjával összeegyeztethető, átutalásokat korlátozó intézkedéseket vezessen be.

- b) A bekezdés a) pontjában hivatkozott intézkedéseknek méltányosnak, nem önkényesnek, nem igazolhatatlan módon diszkriminatív jellegűeknek, jóhiszeműeknek, és korlátozott időtartamúaknak kell lenniük, továbbá nem léphetnek túl azon, ami a fizetési mérleg helyzetének helyreállításához szükséges. Az e cikk alapján intézkedéseket előíró Szerződő Fél haladéktalanul értesíti a másik Szerződő Felet, továbbá amint az lehetséges, bemutatja az említett intézkedések hatályon kívül helyezésére vonatkozó ütemtervet. Az ilyen intézkedéseket az érintett Szerződő Fél az egyéb nemzetközi kötelezettségeinek megfelelően hozza meg, ideértve a WTO Megállapodás és a Nemzetközi Valutaalap Alapokmánya alapján fennálló kötelezettségeket.

3. Jelen Megállapodás rendelkezései:

- a) nem értelmezhető úgy, hogy bármelyik Szerződő Felet akadályozzák olyan intézkedések meghozatalában, amelyek alapvető biztonsági érdekeinek védelmében szükségesek:
- (i) a fegyverek, lőszeres és hadieszközök kereskedelme, valamint más olyan áruk, anyagok, szolgáltatások és technológiák forgalmazása és ezekkel kapcsolatos kereskedelmi ügyletek tekintetében, amelyek közvetlen vagy közvetett célja katonai, vagy más biztonsági létesítmény ellátása,
- (ii) háború vagy a nemzetközi kapcsolatokban beálló más szükségállapot idején, vagy
- (iii) az atomfegyverek és más nukleáris robbanóeszközök elterjedését tiltó nemzeti szabályok vagy nemzetközi egyezmények végrehajtása vonatkozásában; továbbá

- b) nem akadályozhatják egyik Szerződő Felet sem abban, hogy az ENSZ nemzetközi béke és biztonság fenntartására irányuló alapokmányából fakadó kötelezettségeinek teljesítéséhez szükséges intézkedéseket hozzon.

4. Bármelyik Szerződő Fél megtagadhatja a jelen Megállapodás keretében nyújtott előnyöket a másik Szerződő Fél jogi személyiséggel rendelkező beruházójától és az e beruházó beruházásaitól, amennyiben az adott beruházó harmadik állambeli beruházók tulajdonában vagy irányítása alatt áll, és:

- (a) a beruházó nem folytat számottevő gazdasági tevékenységet azon Szerződő Fél területén, amely joga szerint azt létrehozta, vagy
- (b) az előnyök nyújtását megtagadó Szerződő Fél olyan intézkedéseket fogad el vagy tart fenn a harmadik állammal szemben, amelyek tiltják az ilyen beruházóval folytatott és a beruházásaihoz kapcsolódó ügyleteket, vagy az előnyök biztosítása a beruházó által létrehozott beruházások vonatkozásában ezen intézkedések megsértését vagy kijátszását jelentené.

5. A Szerződő Fél alapvető biztonsági érdekei magukban foglalhatják a vámunióban, gazdasági vagy monetáris unióban, közös piaci vagy szabadkereskedelmi övezetben való tagságból fakadó érdekeket és intézkedéseket.

6. A Szerződő Fél jelen Megállapodásban hivatkozott intézkedéseibe beleértendők a Szerződő Félek az Európai Unióban betöltött tagságából fakadó kötelezettségeivel összhangban alkalmazandó intézkedések is. A Megállapodásban a „fizetési mérleg súlyos nehézsége vagy ennek veszélyére” tett utalás egyben azokat az eseteket is magában foglalja, amikor a fizetési mérleg súlyos nehézsége vagy ennek veszélye abban a gazdasági vagy monetáris unióban áll fenn, amelynek a Szerződő Fél tagja.

7. A 9. cikk szerinti vitarendezés nem minősül elbánásnak, preferenciának vagy kiváltságnak.

16. cikk

Záró rendelkezések, hatálybalépés, időbeli hatály, megszűnés és módosítások

1. Jelen Megállapodás nem sértheti a Szerződő Felek létező vagy jövőbeni vámuniókban, gazdasági unióban vagy regionális gazdasági integrációs megállapodásban vagy hasonló nemzetközi megállapodásban, például az Európai Unióban betöltött tagságából vagy részvételéből eredő kötelezettségeit. Következésképpen a Megállapodás rendelkezései egészükben vagy részükben sem hivatkozhatók vagy értelmezhetők akként, a Szerződő Felek által betöltött tagságból fakadó kötelezettségeket érvényteleníti, módosítja, vagy egyéb módon érinti.

2. A Szerződő Felek diplomáciai csatornákon keresztül értesítik egymást arról, hogy valamennyi belső eljárási követelmény teljesült a jelen Megállapodás hatálybalépéséhez. A Megállapodás az utolsó értesítés kézhezvétele után hatvan (60) nappal lép hatályba.

3. Jelen Megállapodás tíz éves időtartamra marad hatályban, majd azt követően hatálya meghosszabbodik, kivéve, ha valamely Szerződő Fél írásban tájékoztatja a másik Szerződő Felet a felmondásra vonatkozó szándékáról. A felmondás az értesítés másik Szerződő Fél általi kézhezvételét követően egy évvel lép hatályba, de nem korábban, mint a kezdeti tízéves időszak lejártá.

4. A jelen Megállapodás felmondása előtt megvalósított beruházások tekintetében a Megállapodás rendelkezései a felmondást követő további tíz évig érvényben maradnak.

5. Jelen Megállapodás a Szerződő Felek közötti írásbeli megegyezéssel módosítható. Bármely módosítás a Megállapodás elválaszthatatlan részét képezi, és a hatálybalépéséhez szükséges eljárás megegyezik a jelen Megállapodás hatálybalépéséhez szükséges eljárással.

6. Bármely Szerződő Fél a jelen Megállapodást, annak hatálybalépését követően megküldi az Egyesült Nemzetek Főtitkárának bejegyzés céljából az Egyesült Nemzetek Alapokmánya 102. cikkének megfelelően és értesíti a másik Szerződő Felet az eljárás teljesítéséről.

ENNEK HITELEŰL az arra kellő felhatalmazással rendelkező alulírottak a Megállapodást aláírták.

KÉSZÜLT két eredeti példányban, Praiaban, 2019. március napján, portugál, magyar és angol nyelven, és mindhárom nyelven egyaránt hiteles szövegnek minősül. Ertelmezésbeli eltérések esetén az angol nyelvű szöveg az irányadó.

.....
Zöld-foki Köztársaság Kormányának
részéről

.....
Magyarország Kormányának
részéről

**Agreement
Between The Government of the Republic
of Cabo Verde And the Government of Hungary
for the Promotion and Reciprocal
Protection of Investments**

The Government of the Republic of Cabo Verde and the Government of Hungary (hereinafter referred to as the “Contracting Parties”),

Desiring to intensify economic cooperation to the mutual benefit of both Contracting Parties,

Intending to create and maintain favourable conditions for investments of investors of one Contracting Party in the territory of the other Contracting Party, and

Seeking to ensure that investment is consistent with the protection of health, safety and the environment, the promotion and protection of internationally and domestically recognised human rights, labour rights, and internationally recognised standards of corporate social responsibility;

Desiring to promote investment that contributes to the sustainable development of the Contracting Parties;

Aiming to secure an overall balance of rights and obligations between investors and the host state;

Being conscious that the promotion and reciprocal protection of investments, according to the present Agreement, stimulates the business initiatives in this field,

Have agreed as follows:

Article 1

Definitions

For the purposes of this Agreement:

1. The term “investment” shall comprise every kind of asset invested in connection with economic activities

by an investor of one Contracting Party in the territory of the other Contracting Party in accordance with the laws and regulations of the latter and shall include, in particular, though not exclusively:

- a. movable and immovable property as well as any other rights *in rem* such as mortgages, liens, pledges and similar rights;
- b. shares, stocks and debentures of companies or any other form of participation in a company;
- c. claims to money or to any performance having an economic value associated with an investment;
- d. intellectual and industrial property rights, including copyrights, trade marks, patents, designs, rights of breeders, technical processes, know-how, trade secrets, geographical indications, trade names and goodwill associated with an investment;
- e. any right conferred by law or under contract and any licenses and permits pursuant to law, including the concessions to search for, extract, cultivate or exploit natural resources.

Any alteration of the form in which assets are invested shall not affect their character as investment on condition that this alteration is made in accordance with the laws and regulations of the Contracting Party in the territory of which the investment has been made.

2. The term “investor” shall mean any natural or legal person of one Contracting Party that has made an investment in the territory of the other Contracting Party.

- a. The term “natural person” shall mean any individual having the citizenship of either Contracting Party in accordance with its laws.
- b. The term “legal person” shall mean with respect to either Contracting Party, any legal entity incorporated or constituted in accordance with its laws having its central administration or principal place of business in the territory of one Contracting Party.

3. The term “returns” shall mean amounts yielded by an investment and in particular, though not exclusively, includes profits, interest, capital gains, dividends, royalties or fees.

4. The term “territory” shall mean:

- a. in the case of Hungary, the territory over which Hungary exercises, in conformity with international law, sovereignty, sovereign rights or jurisdiction;
- b. in the case of the Republic of Cabo Verde the territory over which the Republic of Cabo Verde has, in accordance with international law and its national laws and regulations, sovereign rights or jurisdiction.

5. The term “freely convertible currency” means the currency that is widely used to make payments for international transactions and widely exchanged in principal international exchange markets provided it is not contrary to the regulations of either of the Contracting Parties, and independently from how the International Monetary Fund determines the scope of freely convertible, or freely usable currency.

Article 2

Promotion and Protection of Investments

1. Each Contracting Party shall encourage and create favourable conditions for investors of the other Contracting Party to make investments in its territory and, shall admit such investments in accordance with its laws and regulations.

2. Each Party shall accord in its territory to investments of the other Party and to investors with respect to their investments fair and equitable treatment and full protection and security in accordance with paragraphs 3 through 6.

3. With respect to the investments the following measures or series of measures constitute breach of the obligation of fair and equitable treatment:

- (a.) denial of justice in criminal, civil or administrative proceedings; or
- (b.) fundamental breach of due process, including a fundamental breach of transparency and obstacles to effective access to justice, in judicial and administrative proceedings; or
- (c.) manifest arbitrariness; or
- (d.) targeted discrimination on manifestly wrongful grounds, such as gender, race or religious belief; or
- (e.) harassment, coercion, abuse of power or similar bad faith conduct;

Upon request of a Party, the Parties may review the content of the obligation to provide fair and equitable treatment.

4. For greater certainty, “full protection and security” refers to the Contracting Party’s obligations of due diligence relating to physical security of investors and investments.

5. A breach of another provision of this Agreement or of a separate international agreement does not establish a breach of this Article.

6. The fact that a measure breaches domestic law does not, in and of itself, establish a breach of this Article; a Tribunal must consider whether a Party has acted inconsistently with the obligations in paragraph 2.

7. Each contracting Party shall in accordance with its laws facilitate granting investors of the other Contracting Party and to their key personnel whose work is connected with the investments, such as those in a capacity that is high managerial or executive or requires specialized knowledge the necessary permit for the entry, sojourn and work.

8. The Contracting Party shall not encourage investment by lowering domestic environmental, labour or occupational health and safety legislation or by relaxing core labour standards. Where a Contracting Party considers that the other Contracting Party has offered such an encouragement, it may request consultations with the other Contracting Party and the two Contracting Parties shall consult with a view to avoiding any such encouragement.

Article 3

Investment and regulatory measures

1. The provisions of this Agreement shall not affect the right of the Parties to regulate within their territories through measures necessary to achieve legitimate policy objectives, such as the protection of public health, safety,

environment or public morals, social or consumer protection or promotion and protection of cultural diversity.

2. The mere fact that a Party regulates, including through a modification to its laws, in a manner which negatively affects an investment or interferes with an investor’s expectations of profits, does not amount to a breach of an obligation under this Agreement.

3. For greater certainty a Party’s decision not to issue, renew or maintain a subsidy

a) in the absence of any specific commitment under law or contract to issue, renew or maintain that subsidy; or

b) in accordance with terms or conditions attached to the issuance, renewal or maintenance of the subsidy,

does not constitute a breach of the provisions of this Agreement.

Nothing in this Agreement shall be construed as preventing a Party from discontinuing the granting of a subsidy or requesting its reimbursement where such measure is necessary in order to comply with international obligations between the Parties or has been ordered by a competent court, administrative tribunal or other competent authority, or requiring that Party to compensate the investor therefor.

Article 4

National and Most-Favoured-Nation Treatment

1. Each Contracting Party shall in its territory accord to an investor of the other Party and to an investment, treatment not less favourable than the treatment it accords, in like situations to its own investors and their investments with respect to the conduct, operation, management, maintenance, use, enjoyment and sale or disposal of their investments in its territory.

2. Each Contracting Party shall in its territory accord to investors of the other Contracting Party and their investments treatment no less favourable than that it accords, in like situations, to investors of a third country or to their investments with respect to the operation, conduct, management, maintenance, use, enjoyment and sale or disposal of their investments in its territory.

3. For greater certainty, the “treatment” referred to in paragraph 2 does not include procedures for the resolution of investment disputes between investors and states provided for in other international investment treaties and any other agreements. Substantive obligations in other international investment treaties and other trade agreements do not in themselves constitute “treatment”, and thus cannot give rise to a breach of this Article, absent measures adopted or maintained by a Party pursuant to those obligations.

4. The National Treatment and Most-Favoured-Nation Treatment provisions of this Agreement shall not apply to advantages accorded by a Contracting Party pursuant to its obligations as a member of a customs, economic, or monetary union, a common market or a free trade area.

5. The Contracting Parties understand the obligations of a Contracting Party as a member of a customs, economic, or monetary union, a common market or a free trade area to include obligations arising out of an international

agreement or reciprocity arrangement of that customs, economic, or monetary union, common market or free trade area.

6. The provisions of this Article shall not be construed so as to oblige one Contracting Party to extend to the investors of the other Contracting Party, or to the investments or returns of investments of such investors the benefit of any treatment, preference or privilege, which may be extended by the former Contracting Party by virtue of:

a. any forms of multilateral agreements on investments to which either of the Contracting Parties is or may become a party;

b. any international agreement or arrangement relating wholly or mainly to taxation.

Article 5

Compensation for Losses

1. When investments or returns of investments of investors of either Contracting Party suffer losses owing to war, armed conflict, a state of national emergency, revolt, insurrection, riot or other similar events in the territory of the other Contracting Party, they shall be accorded by the latter Contracting Party treatment, as regards restitution, indemnification, compensation or other settlement, not less favourable than that which the latter Contracting Party accords to its own investors or to investors of any third State whichever is more favourable.

2. Without prejudice to paragraph 1 of this Article, investors of one Contracting Party who in any of the events referred to in that paragraph suffer losses in the territory of the other Contracting Party resulting from:

a. requisitioning of their investment or a part thereof by its forces or authorities;

b. destruction of their investment or a part thereof by its forces or authorities which was not caused in combat action or was not required by the necessity of the situation

shall be accorded by the Contracting Party, in whose territory the losses occurred, just, adequate and effective restitution or compensation.

Compensation shall include interest at a commercially reasonable rate from the date of losses occurred until the day of payment.

Article 6

Expropriation

1. Investments or returns of investors of either Contracting Party shall not be subject to nationalisation, direct or indirect expropriation, or any measures having equivalent effect (hereinafter referred to as "expropriation") in the territory of the other Contracting Party except for a public purpose

2. The expropriation shall be carried out under due process of law, on a non-discriminatory basis and shall be accompanied by provisions for the payment of prompt, adequate and effective compensation.

3. Such compensation shall amount to the market value of the investment expropriated immediately before expropriation or impending expropriation became public knowledge (whichever is earlier), shall include interest

at a commercially reasonable rate from the date of expropriation to the date of actual payment and shall be made without delay, be effectively realizable and be freely transferable in a freely convertible currency.

4. For the purpose of this Agreement:

(a) indirect expropriation results from a measure or series of measures of a Contracting Party having an equivalent effect to direct expropriation without formal transfer of title or outright seizure;

(b) the determination of whether a measure or series of measures by a Contracting Party, in a given specific situation, constitutes an indirect expropriation requires a case-by-case, fact-based inquiry that considers, among other factors: (i) the economic impact of the measure or series of measures, although the sole fact that a measure or series of a measure of a Party has an adverse effect on the economic value of an investment does not establish that an indirect expropriation has occurred, (ii) the duration of the measure or series of measures by a Party, (iii) the character of the measure or series of measures, notably their object and content.

(c) non-discriminatory measures that the Contracting Parties take for reason of public purpose including for reasons of public health, safety, and environmental protection, which are taken in good faith, which are not arbitrary, and which are not disproportionate in light of their purpose, shall not constitute indirect expropriation.

Article 7

Transfers

1. The Contracting Parties shall permit the free transfer of payments related to investments and returns. The transfers shall be made in a freely convertible currency and in accordance with the laws and regulations of the Contracting Party where investments were made without any restriction and undue delay. Such transfers shall include in particular, though not exclusively:

a. capital and additional amounts to maintain or increase the investment;

b. returns as defined in paragraph 3 of Article 1 of this Agreement;

c. the amounts required for payment of expenses which arise from the operation of the investment, such as payment of royalties and license fees or other similar expenses;

d. payments in connection with contracts, including loan agreements;

e. proceeds of the total or partial sale or liquidation of the investment;

f. the wages or other similar earnings of natural persons engaged from abroad, in connection with an investment, subject to the laws and regulations of the Contracting Party, in which the investment has been made;

g. compensations owed pursuant to Articles 5. and 6. of this Agreement;

h. payments arising out of settlement of a dispute

under Article 9. of this Agreement.

2. The transfers shall be made after the investor fulfilled all of its related financial obligations according to the laws in force of the Contracting Party in the territory of which the investment was made.

3. Nothing in this Article shall be construed to prevent a Party from applying in an equitable and non-discriminatory manner and not in a way that would constitute a disguised restriction on transfers, its laws relating to:

- a.) bankruptcy, insolvency or the relating protection of the rights of creditors and employees;
- b.) issuing, trading or dealing in securities;
- c.) criminal or penal offences;
- d.) financial reporting or record keeping of transfers when necessary to assist law enforcement or financial regulatory authorities; and
- e.) the satisfaction of judgements in adjudicatory proceedings.

4. For the purpose of this Agreement, exchange rates shall be the rate published - in accordance with the laws and regulations of the Contracting Party, which has admitted the investment - by the financial institution effecting the transfer unless otherwise agreed. Should such rate not exist the official rate has to be applied unless otherwise agreed.

Article 8

Subrogation

1. If a Contracting Party or its designated agency makes a payment to its own investors under a guarantee or insurance it has accorded in respect of an investment in the territory of the other Contracting Party, the latter Contracting Party shall recognize:

- a. the assignment, whether under the law or pursuant to a legal transaction in that country, of any right or claim by the investor to the former Contracting Party or its designated agency, as well as,
- b. that the former Contracting Party or its designated agency is entitled by virtue of subrogation to exercise the rights and enforce the claims of that investor and shall assume the obligations related to the investment.

2. The subrogated rights or claims shall not exceed the original rights or claims of the investor.

Article 9

Settlement of Investment Disputes between a Contracting Party and an Investor of the other Contracting Party

1. Any dispute which may arise between an investor of one Contracting Party and the other Contracting Party in connection with an investment in the territory of that other Contracting Party shall, if possible be settled amicably and be subject to negotiations between the parties in dispute.

2. The negotiations start on the date when the disputing investor of one Contracting Party requests negotiations in written notification from the other Contracting Party.

In order to facilitate the amicable settlement of the dispute the written notice shall specify the issues, the factual basis of the dispute, the findings of the disputing investor (including any supporting documents) and their presumed legal basis. Unless otherwise agreed, at least one consultation shall be held within 90 days from the date on which the disputing investor of one Contracting Party has requested negotiations from the other Contracting Party in written notification.

3. If any dispute between an investor of one Contracting Party and the other Contracting Party can not be thus settled within a period of six months following the date on which such negotiations were requested in written notification, the investor shall be entitled to submit the dispute either to:

- a. the competent court of the Contracting Party in the territory of which the investment has been made; or
- b. the International Centre for Settlement of Investment Disputes (ICSID) pursuant to the applicable provisions of the Convention on the Settlement of Investment Disputes between States and Nationals of other States opened for signature at Washington D.C. on 18 March 1965, in the event both Contracting Parties have become a party to this Convention; or
- c. an ad hoc arbitral tribunal established under the Arbitration Rules of the United Nations Commission on International Trade Law (UNCITRAL). The parties to the dispute may agree in writing to deviate from these arbitration Rules; or
- d. under the Rules Governing the Additional Facility for the Administration of Proceedings by the Secretariat of the International Centre for Settlement of Investment Disputes ("Additional Facility Rules of ICSID"), provided that either the disputing Contracting Party or the Contracting Party of the investor, but not both, is a party to the Convention on the Settlement of Investment Disputes between States and Nationals of other States, opened for signature at Washington D. C. on March 18, 1965; or
- e. any other form of dispute settlement agreed upon by the parties to the dispute.

4. Once a dispute has been submitted to one of the tribunals mentioned in paragraph 3 a. – e the investor shall have no recourse to the other dispute settlement fora listed in paragraph 3 a.-e.

5. If any dispute between an investor of one Contracting Party and the other Contracting Party can not be thus settled within a period of six months following the date on which such negotiations were requested in written notification as mentioned in paragraph 2 of this Article, and the disputing investor intends to submit the dispute to one of the fora listed under paragraphs 3 a.-e. the disputing investor shall at the very latest simultaneously to submitting any dispute to one of the tribunals, notify the other Contracting Party in a written notice of its intention.

6. An investor may submit a dispute as referred to in paragraph 1 and 2 to arbitration in accordance with paragraph 3 only if not more than three years have elapsed from the date on which the investor first acquired, or should have first acquired, knowledge of the alleged breach and knowledge that the investor has incurred loss or damage.

7. When rendering its decision, the tribunal shall apply this Agreement as interpreted in accordance with the Vienna Convention on the Law of Treaties, and other rules and principles of international law applicable between the Parties. For greater certainty the domestic law of the Parties shall not constitute part of the applicable law. In case of Hungary the term “domestic law” comprises the law of the European Union.

8. The tribunal referred to in paragraph 3 b.-e. shall not have jurisdiction to determine the legality of a measure, alleged to constitute a breach of this Agreement, under the domestic law of a Party. For greater certainty, in determining the consistency of a measure with this Agreement, the tribunal may consider, as appropriate, the domestic law of a Party as a matter of fact. In doing so, the tribunal shall follow the prevailing interpretation given to the domestic law by the courts or authorities of that Party and any meaning given to domestic law by the tribunal shall not be binding upon the courts or the authorities of that Party.

9. Arbitrators appointed as the members of the tribunal shall be independent. They shall not:

- affiliate with any government,
- take any instructions from any organisations or government with regard to matters related to the dispute,
- participate in the consideration of any disputes that would create a direct conflict of interest. Arbitrators shall comply with the International Bar Association Guidelines on Conflicts of Interest in International Arbitration. In addition, upon appointment, they shall refrain from acting as party appointed expert or witness in any pending or new investment dispute under this or any other international agreement. The Parties shall adopt a specific code of conduct for the arbitrators to be applied in disputes arising out of this Article in which the decisions on compliance with the code are taken by an outside party from the tribunal.”

10. The award shall be final and binding on the parties to the dispute and shall be executed in accordance with the law of the Contracting Party in the territory of which the investment has been made and the award is relied upon, by the date indicated in the award.

11. Upon entry into force between the Contracting Parties of an international agreement providing for a multilateral investment tribunal and/or a multilateral appellate mechanism applicable to disputes under this Agreement, the relevant parts of this Agreement shall cease to apply.

Article 10

Settlement of Disputes between the Contracting Parties

1. Disputes between the Contracting Parties concerning the interpretation or application of this Agreement shall, if possible, be settled through consultation or negotiation.

2. If the dispute cannot be thus settled within six months, it shall upon the request of either Contracting Party, be submitted to an Arbitral Tribunal of three members, in accordance with the provisions of this Article.

3. The Arbitral Tribunal shall be constituted for each individual case in the following way. Within two months from the date of the receipt of the request for arbitration, each Contracting Party shall appoint one member of the

Tribunal. These two members shall then select a national of a third State who shall be appointed the Chairman of the Tribunal (hereinafter referred to as the “Chairman”). The Chairman shall be appointed within three months from the date of appointment of the other two members.

4. If within the periods specified in paragraph 3 of this Article the necessary appointments have not been made, a request may be made to the President of the International Court of Justice to make the appointments. If the President happens to be a national of either Contracting Party, or if the President is otherwise prevented from discharging the said function, the Vice-President shall be invited to make the appointments. If the Vice-President also happens to be a national of either Contracting Party or is prevented from discharging the said function, the member of the International Court of Justice next in seniority who is not a national of either Contracting Party shall be invited to make the appointments.

5. The Arbitral Tribunal shall reach its decision by a majority of votes.

6. The Tribunal shall issue its decision on the basis of respect for the law, the provisions of this Agreement, as well as of the universally accepted principles of international law.

7. Subject to other provisions made by the Contracting Parties, the Tribunal shall determine its procedure.

8. Each Contracting Party shall bear the cost of its own arbitrator and its representation in the arbitral proceedings; the cost of the Chair and the remaining costs shall be borne in equal parts by both Contracting Parties. The Arbitral Tribunal may make a different regulation concerning the costs.

9. The decisions of the Tribunal are final and binding for each Contracting Parties. The Tribunal shall, upon request of either Contracting Party, explain the reasons of its award.

Article 11

Transparency

The “UNCITRAL Transparency Rules” shall apply to disputes under this Agreement. With respect to regulations of general application adopted at central government level respecting any matter covered by this Agreement the Parties shall publish the regulation in their official gazette without delay, well before the entry into force of the regulations. On request of a Party to this Agreement consultation might be held on issues of transparency practices.

Article 12

Application of Other Rules and Special Commitments

Nothing in this Agreement shall be taken to limit the rights of investors of the Contracting Parties from benefiting from any more favourable treatment that may be provided for in any existing or future bilateral or multilateral agreement to which they are parties.

Article 13

Applicability of this Agreement

This Agreement shall apply to investments made in the territory of one of the Contracting Parties in accordance

with its laws and regulations by investors of the other Contracting Party prior to as well as after the entry into force of this Agreement, but shall not apply to any dispute or claim concerning an investment which arose, or which was settled before the entry into force of this Agreement.

Article 14

Consultations

Upon request by either Contracting Party, the other Contracting Party shall agree to consultations on the interpretation or application of this Agreement. Upon request by either Contracting Party, information shall be exchanged on the impact that the laws, regulations, decisions, administrative practices or procedures, or policies of the other Contracting Party may have on investments covered by this Agreement.

Article 15

General Exceptions

1. Nothing in this Agreement shall prevent a Contracting Party from adopting or maintaining measures for prudential reasons, including for:

- a. the protection of investors, depositors, policy-holders or persons to whom a fiduciary duty is owed by a financial service supplier; and
- b. ensuring the integrity and stability of a Contracting Party's financial system.

Where such measures do not conform with the provisions of this Agreement, they shall not be used as a means of avoiding the Party's commitments or obligations under the Agreement. Nothing in this Agreement shall be construed as requiring a party to disclose information relating to the affairs and accounts of individual customers or any confidential or proprietary information in the possession of public entities.

2. a. Nothing in this Agreement shall be construed to prevent a Contracting Party from adopting or maintaining measures that restrict transfers where the Contracting Party experiences serious balance of payments difficulties, or the threat thereof, and such restrictions are consistent with paragraph b.

- b. Measures referred to in paragraph a. shall be equitable, neither arbitrary nor unjustifiably discriminatory, in good faith, of limited duration and may not go beyond what is necessary to remedy the balance of payments situation. A Contracting Party that imposes measures under this Article shall inform the other Contracting Party forthwith and present as soon as possible a time schedule for their removal. Such measures shall be taken in accordance with other international obligations of the Contracting Party concerned, including those under the WTO Agreement and the Articles of Agreement of the International Monetary Fund.

3. Nothing in this Agreement shall be construed:

- a. to prevent any Contracting Party from taking any actions that it considers necessary for the protection of its essential security interests
 - (i) relating to the traffic in arms, ammunition and implements of war and to such traffic and

transactions in other goods, materials, services and technology undertaken directly or indirectly for the purpose of supplying a military or other security establishment,

- (ii) taken in time of war or other emergency in international relations, or
 - (iii) relating to the implementation of national policies or international agreements respecting the non-proliferation of nuclear weapons or other nuclear explosive devices; or
- b. to prevent any Contracting Party from taking action in pursuance of its obligations under the United Nations Charter for the maintenance of international peace and security.

4. A Contracting Party may deny the benefits of this Agreement to an investor of the other Contracting Party that is a legal person and to investments of that investor, if investors of a third state own or control the first mentioned investor and:

- a. the investor has no substantial business activities in the territory of the Contracting Party under whose law it is constituted, or
- b. the denying Contracting Party adopts or maintains measures with respect to the third state that prohibit transactions with such investor and its investments or that would be violated or circumvented if the benefits of the Agreement were accorded to the investments of investors.

5. A Contracting Party's essential security interests may include interests and measures deriving from its membership in a customs, economic, or monetary union, a common market or a free trade area.

6. All references in the Agreement to measures of a Contracting Party shall include measures applicable in accordance with EU law in the territory of that Contracting Party pursuant to its membership in the European Union. References to "serious balance-of-payments difficulties, or the threat thereof," shall include serious balance-of-payments difficulties, or the threat thereof, in the economic or monetary union of which a Contracting Party is a member.

7. The dispute settlement according to Article 9 shall not be considered as treatment, preference or privilege.

Article 16

Final Provisions, Entry into Force, Duration, Termination and Amendments

1. This Agreement shall apply without prejudice to the obligations of the Contracting Parties deriving from their membership or participation in any existing or future customs unions, economic union, regional economic integration agreement or similar international agreement such as the European Union. Consequently, the provisions of this Agreement may not be invoked or interpreted, neither in whole nor in part, in such a way as to invalidate, amend or otherwise affect the obligations of the Contracting Parties from such membership or participation.

2. The Contracting Parties shall notify each other through diplomatic channels that their internal procedure requirements for the entry into force of this Agreement

have been complied with. This Agreement shall enter into force sixty (60) days after the receipt of the last notification.

3. This Agreement shall remain in force for a period of ten years and afterwards shall continue to be in force unless, either Contracting Party notifies in writing the other Contracting Party of its intention to terminate this Agreement. The notice of termination shall become effective one year after it has been received by the other Contracting Party but not earlier than the expiry of the initial period of ten years.

4. In respect of investments made prior to the termination of this Agreement, the provisions of this Agreement shall continue to be effective for a period of ten years from the date of termination.

5. This Agreement may be amended by written agreement between the Contracting Parties. Any amendment shall be integral part of the Agreement and enter into force under the same procedure required for entering into force of the present Agreement.

6. Any Contracting Party shall submit this Agreement for registration by the Secretary-General of the United Nations after its entry into force, in accordance with the article 102 of the Charter of United Nations and shall notify the other Contracting Party the fulfilment of this procedure.

IN WITNESS WHEREOF, the undersigned duly authorized have signed this Agreement.

DONE in duplicate at Praia 28th day of March 2019, in the Portuguese, Hungarian and English languages, all texts being equally authentic. In case of any divergence of interpretation, the English text shall prevail

.....
**For the Government of
 the Republic of Cabo Verde**

.....
**For the Government of
 Hungary**

Resolução nº 32/2020

de 24 de fevereiro

O Governo preconiza como compromisso para a IX Legislatura, no seu programa de curto prazo, dentre outros, o aumento do rendimento disponível das famílias e combate à pobreza.

Para além disso, no âmbito da política de redução da precariedade, o Governo pretende estimular a criação de emprego, designadamente, através dos seguintes instrumentos: 1) promoção efetiva do empreendedorismo - *Work for Yourself*; 2) facilitação de acesso ao financiamento para a criação de autoemprego, emprego digno com foco, essencialmente, em jovens e mulheres; e 3) financiamento às micro e pequenas empresas.

O Governo considera, ainda, a Juventude Cabo-verdiana uma prioridade para o desenvolvimento de uma sociedade sustentada e equilibrada, pelo que a definição de medidas de incentivo ao financiamento em regime de microcrédito constitui, dentre outros, pedra angular para o apoio bem como a materialização das iniciativas empresariais lideradas pelos jovens e mulheres.

Neste contexto, as atividades de micro finanças em Cabo Verde corporizam um setor emergente cada vez mais dinâmico e exigente, em fase de profissionalização.

O sector das micro finanças tem tido um papel importante no atendimento das necessidades de crédito das populações economicamente menos favorecidas, tendo um impacto positivo na redução da pobreza e criação de emprego.

O estudo de mercado das Micro Finanças em Cabo Verde, apresentado em 2018, concluiu que a procura potencial de serviços de Microfinanças é de 71.218 clientes, quase 7 vezes maior que o número de clientes atualmente servidos pelo sector. Estima-se ainda que o potencial volume da carteira seja de cerca de 12 milhões de contos. Até 2021 as instituições de Microfinanças deverão beneficiar 17.500 novos clientes.

No quadro da implementação do seu Programa, o Governo, estendeu o Programa de Micro Empreendedorismo às Instituições de Micro Finanças (IMF), através da criação, em parceria com os bancos comerciais, de uma linha de crédito com taxas de juro bonificadas, através da Resolução n.º 97/2017, de 22 de agosto.

De modo a permitir o cumprimento das obrigações assumidas e metas propostas no Programa do Governo, vem-se adequar a presente Resolução, fixando o *quantum* da linha de crédito, por um lado, bem como, aditar, no âmbito das condições de acesso ao financiamento, a garantia por parte do Estado até 50% do valor financiado, visando o reforço da política de refinanciamento das IMF e fomento da economia local, a geração de emprego e de rendimentos sustentáveis para as famílias mais carenciadas, micro e pequenos empreendedores.

Assim,

Nos termos do n.º 2 do artigo 265º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1º

Objeto

A presente Resolução procede à primeira alteração à Resolução n.º 97/2017, de 22 de agosto, que cria o Programa Fomento ao Micro Empreendedorismo.

Artigo 2º

Alterações

São alterados os artigos 8º, 10º e 12º da Resolução n.º 97/2017, de 22 de agosto, que passam a ter a seguinte redação:

“Artigo 8º

[...]

Em parceria com os bancos comerciais é criada uma linha de crédito bonificada de 300.000.000\$00 (trezentos milhões de escudos), às IMF’s aderentes ao Programa.

Artigo 10º

[...]

[...]

- a) [...]
 b) [...]
 c) [...]
 d) [...]
 e) Assegurar que o financiamento a cada IMF no âmbito da linha de crédito bonificado não pode exceder de forma agregada 40.000.000\$00 (quarenta milhões de escudos) em todo o sistema bancário.

f) [...]

g) [...]

h) [...]

i) [...]

Artigo 12º

[...]

[...]

a) Montante máximo de crédito a ser concedido a cada IMF é de 40.000.000\$00 (quarenta milhões de escudos).

b) [...]

c) [...]

d) [...]

e) [...]

f) Garantias do Estado: Até 50% do valor do crédito concedido.”

Artigo 3º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros aos 13 de fevereiro de 2020. — O Primeiro-Ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*

Resolução nº 33/2020

de 24 de fevereiro

O Estado de Cabo Verde é dono e legítimo proprietário do prédio urbano rés-do-Chão, coberto de telhas de fibrocimento e betão armado, composto por uma sala de estar, sala da jantar, dois quartos de dormir, casa de banho, cozinha e um pequeno pátio, sito em Lém de Meio, Concelho de São Filipe, ilha do Fogo, inscrito na matriz predial de Nossa Senhora da Conceição sob o número 1988/0, com uma área total de 134,40 m², confrontado a Norte com Francisco Spinola e Ana Anastácia R. Spinola, a Sul com Pardieiro, a Este com Via Publica, a Oeste com Adolfo de Andrade, com a certidão da Conservatória do Registo Predial número 653 do Livro G/1-Fls. 149-363 e inscrito sob o número G-1 –(3681) AP 4/30-01-2020.

O imóvel encontra-se ocupado pelo Senhor Madueno Tavares Centeio, há, pelo menos dez anos, tendo manifestado o interesse na aquisição do referido imóvel.

Considerando que o Estado de Cabo Verde não tendo nenhum projeto para sua ocupação ou sua remodelação;

Atendendo que o mencionado imóvel constitui, nos termos da lei, um bem desnecessário aos serviços e a fins de interesse público, pelo que o Estado optou pela sua alienação.

Nesta conformidade, conforme reza o artigo 113º do Decreto-Lei n.º 2/97, de 21 de janeiro, que regula o regime jurídico dos bens patrimoniais do Estado, compete ao Conselho de Ministros autorizar a alienação direta ou em hasta pública, de bens imóveis desnecessários aos serviços ou a fins de interesse público, por proposta fundamentada do membro do Governo responsável pela área das Finanças, sob execução do serviço central do património do Estado.

Assim,

Ao abrigo do artigo 113º do Decreto-Lei n.º 2/97, de 21 de janeiro; e

Nos termos do n.º 2 do artigo 265º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução;

Artigo 1º

Autorização

É autorizado o Ministro das Finanças para, em representação do Estado de Cabo Verde, proceder, nos termos da lei, à alienação direta e onerosa, do prédio urbano rés-do-Chão, coberto de telhas de fibrocimento e betão armado, composto por uma sala de estar, sala da jantar, dois quartos de dormir, casa de banho, cozinha e um pequeno pátio, sito em Lém de Meio, Concelho de São Filipe, ilha do Fogo, inscrito na matriz predial de Nossa Senhora da Conceição sob o número 1988/0, com uma área total de 134,40 m², confrontado a Norte com Francisco Spinola e Ana Anastácia R. Spinola, a Sul com Pardieiro, a Este com Via Publica, a Oeste com Adolfo de Andrade, inscrito e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 653 do Livro G/1-Fls. 149-363, ao senhor Madueno Tavares Centeio, na qualidade de atual ocupante.

Artigo 2º

Contrato

A Direção-Geral do Património e de Contratação Pública lavra a respetiva escritura pública que couber ao caso e no qual devem ficar espelhados todos os deveres, as obrigações e direitos das partes, nos termos do Decreto-Lei n.º 2/97, de 21 de janeiro, que regula o regime jurídico dos bens patrimoniais do Estado.

Artigo 3º

Entrada em vigor

A presente resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros aos 13 de fevereiro de 2020.

O Primeiro-Ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*

**MINISTÉRIO DO TURISMO
E TRANSPORTES E MINISTÉRIO DAS
INFRAESTRUTURAS, DO ORDENAMENTO
DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO**

Portaria conjunta nº 11/2020:

de 24 de fevereiro

NOTA JUSTIFICATIVA:

O Governo elege o turismo como um dos pilares centrais da economia cabo-verdiana, sendo setor chave para o relançamento de investimento privado externo, do emprego e do crescimento da economia.

O Plano de Ordenamento Turístico (POT) constitui um instrumento privilegiado de organização e gestão sustentável das zonas turísticas especiais (ZTE), permitindo o aproveitamento durável e sustentável do solo enquanto recurso de suporte, localização e distribuição espacial das infraestruturas, dos equipamentos turísticos e das atividades económicas e sociais, bem como o desenvolvimento do turismo de alto valor acrescentado nas zonas de desenvolvimento turístico integrado (ZDTI).

O POT enquadra-se na categoria dos Planos Especiais de Ordenamento do Território, e visa concretizar no território, as políticas adotadas para o desenvolvimento do turismo nas Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral, legalmente constituída, devendo garantir ganhos para a Ilha e o País, em termos de qualidade da oferta turística, integração urbanística, requalificação urbana e ambiental e coesão territorial.

Assim;

Ao abrigo do disposto na al. d) do n.º 1 da Base VIII e na al. c) do n.º 1 da Base XVI do Decreto-Legislativo n.º 1/2006, de 13 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Legislativo n.º 6/2010, de 21 de junho e pelo Decreto-legislativo n.º 4/2018 de 06 de julho, conjugado com o n.º 3 do artigo 11º da Lei n.º 75/VII/2010, de 23 de agosto, alterada pela Lei n.º 35/IX/2018, de 6 de julho e pela Declaração de retificação, publicada no Boletim Oficial I Série, Suplemento nº 54 de 14 de agosto de 2018;

No uso da faculdade conferida pela alínea b) do artigo 205º e pelo n.º 3 do artigo 264º da Constituição da República;

Manda o Governo, pelos membros do Governo competentes em razão da matéria, o seguinte:

Artigo 1º

Objeto

A presente Portaria tem como objeto a determinação da elaboração do Plano de Ordenamento Turístico (POT) da Zona de Desenvolvimento Turístico Integral (ZDTI) de Murdeira e Algodoeiro, na ilha do Sal

Artigo 2º

Acompanhamento

1. O acompanhamento da elaboração do POT é feito nos termos do art.º 69º e seguintes do Decreto-Lei nº 43/2010, de 27 de setembro, que aprova o Regulamento Nacional do Ordenamento do Território e do Planeamento Urbanístico, na nova redação dada pelo Decreto-Lei nº 61/2018, de 10 de dezembro.

2. É designada a Comissão Mista de acompanhamento do POT constituída pelas seguintes entidades:

- a) Instituto Nacional do Ordenamento do Território (INGT), que a preside;
- b) Serviço de Desenvolvimento do Turismo;
- c) Câmara Municipal do Sal;
- d) Direção Nacional do Ambiente;
- e) Ordens Profissionais de interesse;
- f) Câmara do Turismo;
- g) Instituto Marítimo e Portuário;

3. A Comissão Mista de Acompanhamento emite um parecer técnico sobre a proposta do Plano antes da fase da exposição pública.

Artigo 3º

Prazo de elaboração

1. O presente Plano de Ordenamento Turístico é elaborado no período de seis meses a contar da data da assinatura do contrato;

2. O período referido no número anterior não inclui a fase da exposição pública.

Artigo 4º

Medidas Preventivas

1. Todas as atividades que possam afetar a configuração do terreno e o equilíbrio ecológico da ZDTI de Murdeira e Algodoeira, nomeadamente obras de construção civil, remodelação de terrenos, demolições do edificado existentes, destruição do solo e do coberto vegetal, obras de loteamento e obras de urbanização bem como as concessões, ficam sujeitas ao parecer prévio vinculativo das entidades competentes.

2. As obras e trabalhos efetuados com inobservância das presentes medidas preventivas podem ser embargados e demolidos, bem como reposta a configuração do terreno;

3. Sem prejuízo da contraordenação punível com coimas, são nulos os atos administrativos que decidam pedidos de licenciamento, concessão com inobservância do previsto no número 1, sem qualquer direito de indemnização, imputando-se os respetivos encargos ao infrator.

Artigo 5º

Âmbito territorial

As medidas preventivas referidas no artigo anterior abrangem toda a área da ZDTI de Murdeira e Algodoeiro.

Artigo 6º

Âmbito temporal

As medidas preventivas vigoram pelo período de 2 anos contados a partir da entrada em vigor da presente Portaria

Artigo 7º

Entrada em vigor

A presente Portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Gabinete do Ministro do Turismo e Transportes e da Ministra das Infraestruturas, do Ordenamento do Território e Habitação, aos 18 de fevereiro de 2020. — Os Ministros, *Carlos Jorge Duarte Santos e Eunice Andrade da Silva Spencer Lopes*



I SÉRIE
**BOLETIM
OFICIAL**

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: www.incv.cv



Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do *Boletim Oficial* devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.